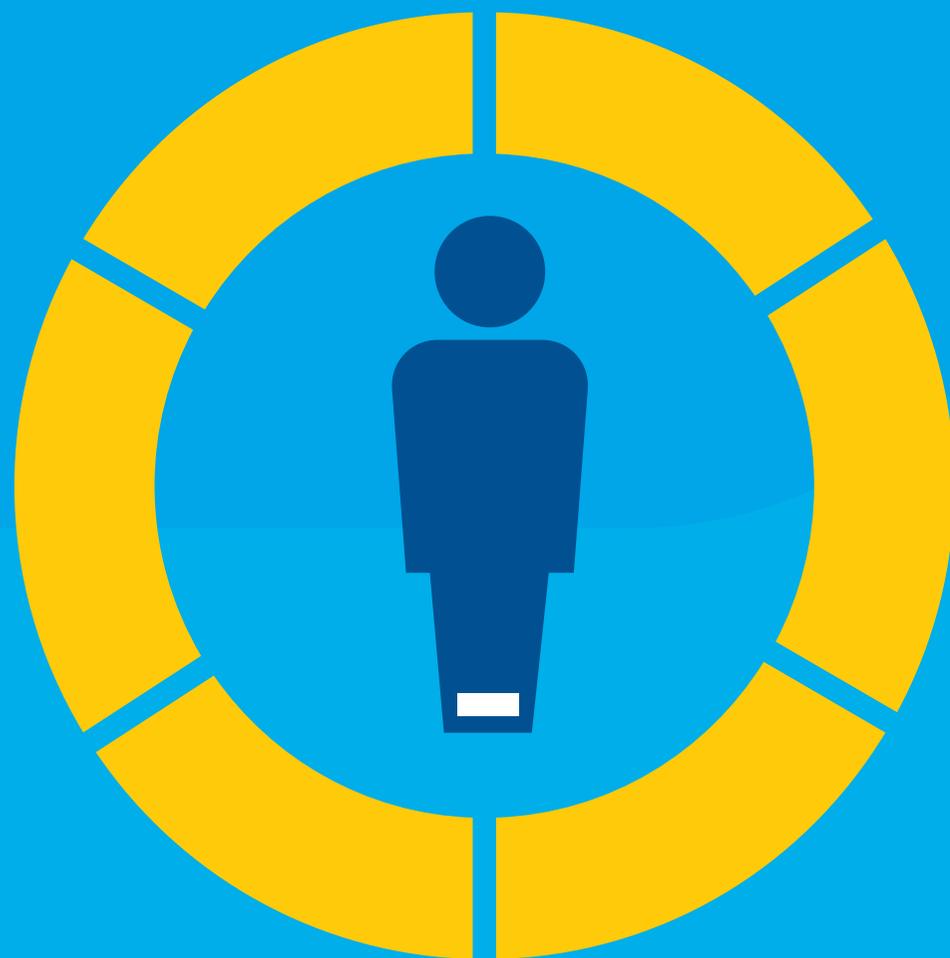


Instituto
**Ayrton
Senna**



Educação do futuro,
agora.



GUIA
**EDUCAÇÃO
INTEGRAL NA
ALFABETIZAÇÃO**

#2019

3 APRESENTAÇÃO
Um guia de alfabetização na perspectiva da educação integral

5 CAPÍTULO 1
EDUCAÇÃO INTEGRAL
O direito à educação integral começa na alfabetização

10 CAPÍTULO 2
SOCIOEMOCIONAIS
Competências e habilidades socioemocionais

18 CAPÍTULO 3
CONTEXTUALIZAÇÃO
A ineficiência do processo de alfabetização

32 CAPÍTULO 4
NEUROCIÊNCIA
Como a neurociência pode esclarecer o processo de aquisição da linguagem?

36 CAPÍTULO 5
POLÍTICA PÚBLICA
Alfabetização é caminho para diminuir a desigualdade

46 CAPÍTULO 6
REFERENCIAL CURRICULAR
Referencial curricular para alfabetização

54 CAPÍTULO 7
MÚLTIPLAS LINGUAGENS
Diferentes linguagens para a alfabetização plena

62 CAPÍTULO 8
PROCESSOS FORMATIVOS
Processos formativos para uma alfabetização eficaz

70 CAPÍTULO 9
GESTÃO PEDAGÓGICA
Gestão dos processos de alfabetização

78 CAPÍTULO 10
AVALIAÇÃO
Acompanhamento e avaliação

APRESENTAÇÃO

Um guia de alfabetização na perspectiva da educação integral

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) levou a educação integral para o cotidiano das escolas, e colocou nas mãos de decisores e gestores educacionais de política pública o desafio de sair do discurso e torná-la realidade para todos os estudantes brasileiros. Trata-se de um norteador para enfrentar os déficits das redes de ensino no campo da aprendizagem, cujos resultados têm ficado muito aquém do desejado e necessário, e para jogar luz à urgência de passar a trabalhar a educação por um olhar mais amplo.

Educação integral implica olhar o estudante em todos os seus aspectos, em todas as suas dimensões, em todas as suas experiências e vivências, usar oportunidades do cotidiano e linguagens diversas para apoiá-lo e engajá-lo com o seu próprio desenvolvimento. Ou seja, estamos falando de uma educação a partir de uma perspectiva 360°!



▶ Assista à vinheta

Compreender e praticar, de forma planejada e intencional, a educação integral, onde se cruzam e se integram as chamadas competências cognitivas e socioemocionais, envolve conhecimentos acadêmicos, competências pessoais e relações sociais em processos que abarcam todos os âmbitos, tempos e espaços da educação, desde a sala de aula até a secretaria de educação, e isso desde os primeiros contatos com a escola.

Não é uma responsabilidade trivial introduzir e acolher as crianças no universo escolar, já que para muitas delas é a primeira vez que deixam o ambiente familiar, geralmente previsível, e adentram num mundo desconhecido, onde a relação de confiança e o afeto não estão totalmente prontos, mas precisam ser demonstrados, praticados, conquistados e vividos para que a escola seja de fato um espaço desejado, e o tempo nela investido seja de conquistas e realizações.

Assim, a educação conhecida como formal é uma ação processual e coletiva que requer compromisso com a integralidade do ser humano, ao longo de toda a Educação Básica, portanto dos quatro aos 17 anos de idade, quando se dá o desenvolvimento entre infância e juventude.

No seu início, isto é, na pré-escola e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, fase da alfabetização, encontram-se as oportunidades mais ricas para o desenvolvimento das competências que fundamentarão a trajetória escolar e o projeto de vida do estudante. Para que isso se efetive nesta fase do ensino, o trabalho pedagógico precisa ir além do domínio do sistema da escrita alfabética ou das operações da Matemática. Deve incorporar e integrar linguagens

de outras áreas do conhecimento que valorizem a curiosidade natural da criança, sua abertura para o novo, sua disponibilidade para aprender, bem como sua facilidade para conviver e de se comunicar. Temos, assim, o ambiente propício para trabalhar habilidades de oralidade, leitura e escrita, bem como os princípios da matemática, pelo olhar das linguagens corporal, científica, artística e digital, aliadas ao conhecimento e desenvolvimento das competências socioemocionais.

Entender e praticar a educação integral intencionalmente no período de alfabetização

é desbravar um campo relativamente novo para todos nós educadores.

É um desafio que não pode e não deve ser enfrentado sozinho, pois educação é compromisso de toda a sociedade.

Com a certeza dessa construção coletiva é que o Instituto Ayrton Senna preparou este Guia, um instrumento de apoio por uma Alfabetização 360° que reúne conhecimentos, evidências e práticas já vivenciadas pela equipe e parceiros do Instituto, e que muito se beneficiará pela diversidade de experiências e conhecimentos de educadores e gestores, construtores e executores da política de alfabetização que ainda poderão ser reunidos a este material.

Desta forma, esperamos mantê-lo como um modelo inspiracional, dinâmico e plural, com foco na equidade e no respeito aos compromissos da sociedade para com o direito ao desenvolvimento integral dos milhões de alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Vamos juntos?

O DIREITO À EDUCAÇÃO INTEGRAL COMEÇA NA ALFABETIZAÇÃO

CAPÍTULO 1 | EDUCAÇÃO INTEGRAL



EDUCAÇÃO INTEGRAL

O direito à educação integral começa na alfabetização

A cada dia, educadores e pesquisadores do mundo todo contribuem para aprimorar e renovar o embasamento sobre o conceito de educação integral e suas implicações na prática de professores em todas as etapas de ensino. Por isso, neste guia vamos apresentar qual a perspectiva desta concepção que orienta a construção e propostas educacionais do Instituto Ayrton Senna em um processo contínuo, sempre recebendo novos subsídios da vivência e reflexão de todos os atores da sociedade que acreditam que para ressignificar a educação é preciso ampliar seu propósito.

Alfabetização como condição para um desenvolvimento pleno

“Alfabetização vai muito além do domínio dos princípios alfabéticos ou da matemática; ela prepara uma criança para um mundo que se transforma a cada dia.”

 [Clique para assistir ao vídeo](#)

Não é de hoje que o Brasil discute a questão da educação integral. Já no início do século 20 vários movimentos sociais e educadores, como a Escola Nova e Anísio Teixeira, defendiam a adoção de um tempo ampliado, em extensão e qualidade, para a então escola primária. A Constituição de 1988 fala de educação integral como fim para uma educação escolar robusta; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 determina a ampliação progressiva do tempo de permanência na escola, sinalizando para a necessidade de se oferecer progressivamente o Ensino Fundamental em jornada integral e de qualidade, assim como o Plano Nacional de Educação de 2014. E recentemente, em 2017, a [Base Nacional Comum Curricular \(BNCC\)](#) indica a construção intencional de processos educativos que promovam a educação integral.

• [Saiba mais](#)

Para o Instituto Ayrton Senna, educação integral ultrapassa a ideia de “educação em tempo integral”, na medida em que não se limita à ampliação da jornada escolar, mas pressupõe uma mudança de visão das redes de ensino sobre o processo educacional e sobre o próprio estudante. Essa visão considera as crianças e os jovens em sua inteireza e diversidade, situando-os no centro do processo educativo e propõe que a escola desenvolva com intencionalidade um conjunto de competências fundamentais para viver no século 21, que combina aspectos cognitivos e socioemocionais.

As [competências socioemocionais](#), como empatia, foco, curiosidade, dentre outras, fortalecem a aprendizagem escolar e fazem diferença em características pessoais e interações sociais presentes e futuras dos estudantes, dando-lhes subsídios para seu desenvolvimento pleno.

• [Saiba mais em SOCIOEMOCIONAIS](#)

Emoção e razão juntas

É mais do que sabido pelos educadores que sentimentos como ansiedade, baixa autoestima ou desmotivação interferem no rendimento escolar. Isso acontece porque o desenvolvimento cognitivo não se dá isolado do socioemocional, ou seja, para aprender melhor um conteúdo, no campo da Matemática por exemplo, é preciso habilidades como persistência e determinação, ingredientes-chave do processo de resolução de problemas de qualquer natureza; para aprender melhor o componente de Língua Portuguesa é essencial estimular nos estudantes a atitude de abertura ao novo.

6 EIXOS PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Embora o desenvolvimento dessas características sempre tenha estado presente no cotidiano escolar, nem sempre foi abordado com o mesmo empenho que se investe nos aspectos cognitivos, como memória e raciocínio. Na educação integral, todos esses campos recebem o mesmo olhar, de forma articulada.

Quando essa perspectiva de educação integral consegue ser aplicada em propostas educacionais e currículos escolares, permite ampliar oportunidades e situações de aprendizagem significativas e conectadas com a vida do estudante, em cada uma das fases da Educação Básica.

Para isso acontecer, alguns pontos são cruciais: os currículos devem possibilitar experiências e o uso de metodologias que integrem as áreas do conhecimento e diferentes linguagens; professores e gestores escolares devem buscar uma presença qualificada em suas atuações, orientando-se por uma expectativa positiva em relação ao aluno, que o inspire e o engaje no processo de aprendizagem; as redes de ensino precisam oferecer as condições necessárias para que alunos e educadores se sintam estimulados a imprimir em seu cotidiano essa visão de educação.



Desenvolvimento pleno

A educação integral independe da duração da jornada escolar e propõe desenvolver plenamente o estudante em todas as suas dimensões (intelectual, física e socioemocional). Isso significa dar oportunidades às pessoas para adquirirem habilidades e realizarem seus projetos de vida.



Visão de Estudante

O ensino precisa se conectar com a vida do estudante nativo digital e aquilo que é significativo para ele, reconhecendo seus desafios e potenciais, interesses e identidades, de forma a prepará-lo para utilizar suas competências e fazer escolhas com autonomia.



Professor mediador

Os educadores, para atuarem como ponte entre o conhecimento e os estudantes, respeitando suas individualidades, precisam dominar sua área de formação, conteúdos e matrizes específicas, bem como as competências socioemocionais, dado serem esses os elementos que devem fundamentar o planejamento e sua atuação pedagógica para o desenvolvimento pleno do estudante.



Institucionalização

Para garantir o direito ao desenvolvimento pleno de todos os estudantes, as redes de ensino devem institucionalizar a educação integral como política educacional, garantindo-lhe monitoramento e profissionais preparados para a gestão dos processos e dos resultados.



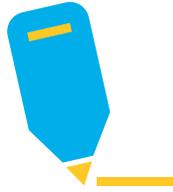
Currículo Integrado

O currículo é o organizador do trabalho pedagógico e deve ter como parâmetro a BNCC. Sua organização deve privilegiar a integração das áreas de conhecimento a práticas articuladas em prol do desenvolvimento integral do estudante.



Competências Socioemocionais

Definir as competências socioemocionais que serão enfatizadas no processo educativo é uma maneira de a escola deixar explícito que, a partir de todas as interações que ocorrem no espaço escolar, esse é também um dos seus objetivos para ampliar o repertório de habilidades dos estudantes de acordo com seus interesses e necessidades.



Alfabetização integral

O processo de alfabetização vai muito além de tornar crianças e adultos capazes de decodificar símbolos, compreender os códigos e utilizá-los em situações práticas (ler, escrever e contar em determinados contextos). Do ponto de vista da educação integral, alfabetizar não é só transmitir as regras da língua materna e da matemática, mas sim ensinar à criança as múltiplas linguagens requeridas pelo mundo real ao longo de sua vida, como a linguagem corporal, a científica, a digital e a artística, bem como desenvolver competências socioemocionais.

Assim, quando falamos em alfabetização integral, nos referimos tanto à aquisição da proficiência leitora e escritora, fundamental para o estudo e compreensão das disciplinas de todas as áreas do conhecimento, quanto ao domínio de outras linguagens, com destaque para a dimensão socioemocional. Essa alfabetização permitirá ao aluno ampliar a compreensão sobre si mesmo e sobre os cuidados que deve ter para consigo, para com o outro e para com o seu entorno.

QUANTO MAIS INTERCÂMBIOS FOREM REALIZADOS ENTRE A ALFABETIZAÇÃO E OUTROS CONHECIMENTOS, ADVINDOS DE DIFERENTES DISCIPLINAS, MAIOR SERÁ O IMPACTO POSITIVO DESSE PERÍODO ESCOLAR PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO JOVEM.

Tomando como pressuposto o fato de que a criança já faz uso de sua língua materna desde bebê, cabe à escola ampliar as competências linguísticas (escutar, falar, ler e escrever) e introduzir a criança na linguagem formal, para que ela possa participar ativamente em práticas sociais para além do espaço familiar ou do espaço social circunscrito aos seus pares.

Dado o potencial do domínio da língua escrita para ampliar o acesso ao mundo do saber, é importantíssimo que o processo de alfabetização traga para si a aquisição das demais linguagens e a compreensão sobre as emoções por meio de situações que permitam à criança vivenciar momentos de reflexão, questionamentos e escolhas, o que lhe que dará oportunidade para aprender a se comunicar com autonomia, se posicionar sobre assuntos do seu interesse, discutir e avaliar seus pontos de vista, respeitar e acolher os diferentes, ao mesmo tempo que se forma como um leitor crítico e um cidadão consciente e atuante em sua realidade.

Socioemocionais: antídoto para a desigualdade

A alfabetização integral é um importante aliado da educação para superar lacunas e desigualdades sociais ao associar o socioemocional ao cognitivo, na medida em que o primeiro amplia significativamente a apreensão do segundo.

Um trabalho* coordenado por Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, apontou que as competências socioemocionais podem funcionar como um antídoto para a desigualdade social brasileira. A partir dos dados do Inaf 2015, o estudo demonstra que, apesar das dificuldades, existe uma porção da população brasileira de baixo nível socioeconômico que consegue obter muitas realizações na vida, como alto grau de alfabetização, mais anos de escolaridade e remuneração mais elevada. Entre essas pessoas, foi constatado alto grau de ABERTURA PARA O NOVO, AUTOGESTÃO E AUTOCONCEITO.

Quatro pesquisadores ligados ao Instituto Ayrton Senna (Oliver P. John – Universidade de Berkeley/EUA; Ricardo Primi – Universidade São Francisco/Brasil; Filip De Fruyt – Universidade de Ghent/Bélgica; e Daniel Santos – USP-Ribeirão Preto/Brasil) também participaram do estudo, analisando

e selecionando instrumentos que deram subsídio para o estudo de Paes de Barros, que faz a ligação entre as medidas socioemocionais, o desempenho no Inaf, o grau de escolaridade e a renda.

Paes de Barros é enfático: “O analfabetismo tem um impacto enorme no dia a dia, na hora que saímos de casa e vamos fazer uma compra ou pegar um ônibus, mas também tem impacto de longa duração naquilo que somos capazes de realizar e alcançar quanto ao nosso projeto de vida. Quem não teve três anos de escolaridade possui resultados menos favoráveis nas realizações de vida aos 35 anos. Isso indica que toda a vez que a gente não alfabetiza um estudante na idade certa, há inúmeras consequências para a vida futura dele.”

*Pesquisa realizada em 2016, em parceria entre Instituto Ayrton Senna, Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa. Foram avaliadas três competências socioemocionais: abertura para o novo (capacidade de estar aberto para novos caminhos), autogestão (capacidade de persistir, comprometer-se e se organizar) e autoconceito (crença e confiança em si mesmo).

[Veja a pesquisa completa aqui.](#)

O Instituto Ayrton Senna defende essa causa da alfabetização integral

Para inspirar inovações educacionais articuladas com os desafios do nosso tempo é preciso refletir:

Como a escola e a rede de ensino podem criar oportunidades de formação para que estudantes mobilizem seu próprio potencial para fazer uma leitura do mundo ao seu redor, propor soluções sustentáveis aos desafios atuais e desenhar caminhos para novos futuros pessoais e coletivos?

Conheça a proposta educacional Alfabetização 360°



[Clique para abrir](#)



COMPETÊNCIAS E HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS

CAPÍTULO 2 | SOCIOEMOCIONAIS



SOCIOEMOCIONAIS

Competências e habilidades socioemocionais

Existem diferentes caminhos para apoiar o desenvolvimento integral de estudantes, e muitas propostas variadas sobre quais habilidades precisam ser garantidas para isso, mas um aspecto tem se mostrado sempre essencial: **a inclusão da dimensão socioemocional no cotidiano das escolas e em políticas públicas**. Ao lado de um amplo conjunto de transformações, oportunidades de desenvolvimento pleno são construídas por meio da colocação das competências socioemocionais no propósito da educação.

Muitos educadores já conhecem a importância dessas competências no dia a dia das escolas, mas algumas pesquisas científicas têm contribuído também para reforçar a relevância do tema e identificar concretamente o papel desse trabalho no desenvolvimento das pessoas.

Nos anos 60, por exemplo, um programa de intervenção foi realizado por professores e pesquisadores dos EUA com crianças de uma escola em um bairro vulnerável da cidade de Ypsilanti (Michigan).

O programa envolvia atividades de educação regular na Perry Elementary School e visitas domiciliares, que duraram de 1962 a 1967.

Para avaliar a intervenção, os pesquisadores criaram um estudo (Estudo Longitudinal Perry) com dois grupos de crianças: um deles no programa de pré-escola de alta qualidade com abordagem de aprendizagem ativa (currículo inovador, acompanhamento de indicadores de desenvolvimento, ambiente propício à resolução de conflitos etc.), e o outro grupo não recebeu educação pré-escolar.

Os pesquisadores acompanharam os participantes e identificaram que, aos 40 anos, aqueles que receberam o programa de alta qualidade apresentaram menor incidência de gravidez precoce, cometeram menos crimes, possuíam sua casa própria e carro, ocupavam um emprego e tiveram ganhos maiores do que aqueles participantes do grupo controle.

Os resultados [desse estudo](#) referem-se diretamente à questão do impacto do desenvolvimento de **competências socioemocionais** e indicam sua maleabilidade, ou seja, que elas não são fixas ou inatas, mas sim aprendidas.

O economista e prêmio Nobel de Economia, James Heckman, a partir de dados do estudo Perry, constatou que o desenvolvimento socioemocional desde a primeira infância pode melhorar consideravelmente os resultados não só no aproveitamento escolar como nas escolhas ao longo da vida. Ele propõe que todo professor esteja atento a esse aspecto, em todas as etapas: “ao aprender a ler e a soletrar as palavras, a criança interage com amigos, forma vínculos, lida com emoções ligadas ao sucesso e ao fracasso – enfim, aprende a se comunicar de forma ampla.” ([entrevista para revista Veja, 2017, ed. 2529](#))

[Veja a entrevista completa](#)

[Saiba mais no “Estudo Longitudinal Perry”](#)

ESTUDO PERRY

Crianças que tiveram as habilidades socioemocionais trabalhadas na primeira infância, quando adultas têm:

35% menos chance de serem presas
44% mais chance de concluírem o Ensino Médio
40% mais chance de melhores salários

Mas o que são competências socioemocionais?

As competências socioemocionais são manifestadas de forma relativamente estável no modo como pensamos, sentimos e nos comportamos.

Competências socioemocionais podem ser entendidas como:

Características que todas as pessoas possuem, em níveis diversificados, que envolvem a capacidade de mobilizar, articular e colocar em prática conhecimentos, valores, atitudes e habilidades para se relacionar consigo mesmo e com os outros, para estabelecer e atingir objetivos, para tomar decisões e enfrentar situações adversas ou novas. Por exemplo: a colaboração, a assertividade e a resiliência.

Essas competências se manifestam no modo como pensamos, sentimos e nos comportamos, e são maleáveis, ou seja, podem ser desenvolvidas através de experiências formais e informais de

aprendizagem – mas, para isso, é crucial que exista intencionalidade, para permitir a consciência sobre as competências que estão sendo trabalhadas em cada oportunidade. Elas são importantes impulsionadoras de realizações ao longo da vida, como no bem-estar de cada um, na qualidade de relações sociais e também nos processos de aprendizagem (pois estão ligadas a funções como memória e atenção, podendo tanto potencializar quanto prejudicar seu desempenho).

Quando falamos de **aspectos cognitivos e socioemocionais** estamos nos permitindo um reducionismo apenas formal, para facilitar a compreensão das especificidades de cada campo. No entanto, esses aspectos não existem de forma independente na formação das pessoas, ou seja, ninguém consegue atuar em um momento apenas com competências cognitivas e em outro apenas com as socioemocionais, elas estão sempre interligadas.

O avanço das neurociências revelou por imagens e análises variadas a intrínseca relação existente entre aspectos cognitivos e as emoções para o funcionamento da psique humana.

O neurologista português António Damásio, por exemplo, explica que os sentimentos e as emoções que os originam são como guias internos para nossos comportamentos, pois atuam nos circuitos neurais e na regulação biológica do nosso corpo.



Saiba mais.

Diferentes denominações para as socioemocionais

Economistas envolvidos nas pesquisas com educação e mercado de trabalho tradicionalmente observavam com mais atenção o conceito de competências cognitivas, como, por exemplo, o tempo gasto para resolver um problema de matemática ou a rapidez para encontrar o antônimo para uma determinada palavra. Essas competências podem ser avaliadas de forma objetiva apenas testando o conhecimento ou o desempenho de um indivíduo por meio de testes que tenham apenas uma resposta certa e tempo marcado.

Continua →



Qualquer outra habilidade pessoal, como por exemplo organização ou curiosidade, é classificada por eles como "**competência não cognitiva**", ou seja, uma designação abrangente para "todo o resto".

Um outro rótulo surgiu no mundo do trabalho. Muitos empregadores reconhecem que essas competências são fundamentais, mas as diferenciam das habilidades técnicas, as "**hard skills**", nomeando-as de "**soft skills**" ou habilidades intangíveis.

Recentemente, muitas dessas competências passaram a ser conhecidas como as **competências do século 21**, características pessoais essenciais para a vida e para o trabalho em um mundo interconectado e colaborativo em que vivemos.

No campo da psicologia, muitos pesquisadores preferem o termo **competências socioemocionais**, pois ele define bem que essas habilidades nos ajudam a lidar com as questões sociais e emocionais que encontramos no dia a dia.

Trecho retirado de: *Estudo especial sobre alfabetismo e competências socioemocionais na população adulta Brasil* (JOHN, PRIMI, DE FRUYT, SANTOS), com edições.



Veja o estudo completo aqui.

A escolha de competências

Para que se possa formular políticas públicas e propor práticas pedagógicas que incorporem essa temática no cotidiano da escola é essencial definir como se organiza esse campo. Nas últimas décadas, muitos estudos sobre competências socioemocionais foram feitos e algumas propostas apresentadas, e esse é um processo ainda em construção, ou seja, não há apenas uma maneira definitiva de se compreender quais são as competências que devem ser consideradas prioritárias, ou de como todos os termos podem ser analisados.

Ao propor **um modelo que ajude a organizar os conceitos** e orientar um *framework* ou uma matriz para direcionar ações de educação com este objetivo, é possível dar mais suporte à tomada de decisão de educadores. Importante destacar que **a escolha de um modelo não impede a coexistência de múltiplas abordagens sobre as competências socioemocionais**, ou seja, uma mesma proposta de organização desses conceitos pode inspirar uma ampla variedade de programas e intervenções.

Especialistas na Psicologia e na Economia têm proposto modelos variados para organizar e analisar as competências socioemocionais, com diferentes nomes. Já foram identificadas centenas de competências como, por exemplo, curiosidade, autoconfiança, organização, colaboração, pensamento crítico, resiliência, resolução de problemas etc. Em meio a tantas competências, tornou-se uma tarefa importante identificar quais delas estão mais relacionadas entre si e possuem maior impacto comprovado para a educação na escola e para a vida.

A partir dos anos 60, pesquisas de grande amostragem detectaram que cinco fatores principais resumem essa variação existente (abertura a novas experiências, extroversão, amabilidade, conscienciosidade e estabilidade emocional). Os autores que mais contribuíram ao modelo à época são: Lewis Goldberg, Robert R. McCrae e Paul T. Costa, Jerry Wiggins e Oliver John.

O Instituto Ayrton Senna vem participando da construção de conhecimento sobre como se define, como se desenvolve e como se acompanha o desenvolvimento das competências socioemocionais, a partir de aportes da ciência e também da vivência ao lado de educadores em redes públicas de ensino de todo o País. Sempre valorizando a diversidade de perspectivas e de abordagens que contribuem, muitas vezes de forma complementar, para o desenvolvimento integral.

Atualmente, o Instituto Ayrton Senna adota um modelo científico que agrupa as competências socioemocionais em cinco grandes domínios: **autogestão, engajamento com os outros, amabilidade, resiliência emocional e abertura ao novo**. Esses domínios são entendidos como cinco macrocompetências, e em cada um deles localizam-se diversas competências mais específicas, fortemente relacionadas entre si. Para o contexto brasileiro, destaca-se um total de 17 competências mais essenciais de serem desenvolvidas nas escolas, ao lado de outras competências cognitivas e também das chamadas competências híbridas, como criatividade e pensamento crítico.



Para ressaltar a importância do tema, o pesquisador Oliver John, que atua como membro do conselho científico do Instituto Ayrton Senna e professor de Psicologia na Universidade da Califórnia em Berkeley, além de ser um dos autores do *The Big Five Personality Test* – um dos mais robustos testes de avaliação dos traços de personalidade – analisa a construção desses agrupamentos de competências socioemocionais em vídeo.



[Clique para assistir ao vídeo](#)

Estudos nacionais e internacionais sobre o impacto das competências socioemocionais na vida das pessoas evidenciam o valor do trabalho educativo orientado para sua integração ao fazer pedagógico. Veja abaixo:

Impacto das competências em resultados acadêmicos e na vida adulta

Abertura ao Novo é associado ao avanço na escolaridade, aumento de competências cognitivas, diminuição do absenteísmo na escola e aumento de notas. Estudo de 2017 de Santos, Primi e Miranda indicam que altos níveis dessa competência melhoram o desempenho em português, história, geografia, física e biologia.

Autogestão também é crucial para o resultado acadêmico. Estudos no Brasil indicam que altos níveis dessa competência melhoram o resultado em matemática e química. Para além do ambiente escolar, essas competências ajudam no alcance de metas profissionais, segundo estudo de Barros, Coutinho, Garcia e Muller (2016).

Resiliência Emocional está associada à redução de absenteísmo no trabalho (Stömer e Fahr, 2010), equilíbrio salarial (Pinger e Piatek, 2010; Rosenberg, 1965), melhor desempenho no emprego (Duckworth et al, 2011) e aumento nas chances de ingresso no ensino superior (Rosenberg, 1965). Estudos no Brasil também apontam para a diminuição de distúrbios alimentares (Tomaz, & Zanini, 2009).

Engajamento com os Outros: alunos que o desenvolveram tendem a não evadir da escola (Carneiro et al, 2007) e a se sair bem no mundo do trabalho (Cattan, 2010).

Amabilidade está associada à conclusão no ensino médio de alunos menos agressivos (Duncan e Magnusson, 2010) e à diminuição de indicadores de violência em geral (Santos, Oliani, Scorzafave, Primi, De Fruyt, & John (2017).

BIBLIOGRAFIA DOS ESTUDOS

- BARROS, P.B., COUTINHO, D., GARCIA, B. & MULLER, L. "O desenvolvimento socioemocional como antidoto para a desigualdade de oportunidades". Relatório técnico INAF 2016. São Paulo: Instituto Ayrton Senna e Instituto Paulo Montenegro, 2016.
- CARNEIRO, P., C. Crawford, e A. Goodman. "The Impact of Early Cognitive and Non-Cognitive Skills on Later Outcomes". CEE Discussion Papers 0092, Centre for the Economics of Education, LSE, 2007.
- CATTAN, S. "Heterogeneity and Selection in the Labor Market." PhD thesis, University of Chicago, 2010.
- DUCKWORTH, A., M. Almlund, J. Heckman e T. Kautz. "Personality psychology and Economics". IZA Discussion Paper 5500, 2011.
- DUNCAN, G.J. and K. Magnuson. "The Nature and Impact of Early Achievement Skills, Attention Skills, and Behavior Problems." Working paper 2010 at the Department of Education, UC Irvine, 2010.
- PIATEK, R. e P. Pinger. "Maintaining (Locus of) Control? Assessing the Impact of Locus of Control on Education Decisions and Wages." Institute for the Study of Labor (IZA), Discussion Paper N° 5289, 2010.
- SANTOS, D.D., PRIMI, R., MIRANDA, J. Socio-emotional development and learning in school. Relatório Técnico não publicado, 2017.
- SANTOS, D.D., Oliani, K., Scorzafave, L. Primi, R., De Fruyt, F., P. John, O. "Violence in the School Surroundings and Its Effect on Social and Emotional Traits". Paper não publicado, 2017.
- STÖRMER, S. e R. Fahr. "Individual Determinants of Work Attendance: Evidence on the Role of Personality". IZA Discussion Paper No. 4927, 2010.
- TOMAZ, R., & ZANINI, D.S. Personalidade e Coping em Pacientes com Transtornos Alimentares e Obesidade, 2009.

Evidências têm mostrado que trabalhar competências socioemocionais em sala de aula, em diversos contextos e desde a mais tenra idade, impacta o desenvolvimento de crianças e jovens, tendo influência positiva na permanência do aluno na escola, na diminuição de ocorrências de violência na comunidade, e em uma série de outras conquistas e realizações ao longo da vida. Para crianças e jovens de contextos desfavoráveis, nos quais a mãe não estudou, o pai é ausente, não há livros na casa etc., as habilidades socioemocionais são ainda mais importantes, pois os estudos indicam que o desenvolvimento dessas competências independe do nível socioeconômico e tem potencial de gerar realizações que ajudem, inclusive, a reverter a situação original do estudante.

Pode-se afirmar que a discussão sobre o desenvolvimento de tais competências parece sempre ter sido objetivo da educação, já que não é de hoje que se fala em formação integral do sujeito, ou que a escola não deve preocupar-se apenas com a transmissão de conteúdos “acadêmico-escolares”, mas também com sentimentos e emoções de seus alunos. Valorizar e procurar desenvolver as habilidades socioemocionais têm que ser algo **compatível com a relevância dos conteúdos** curriculares tradicionais, que seguem no foco do trabalho escolar. A proposta não é substituir uma coisa pela outra, e sim articular e englobar ambas com a mesma qualidade.

A diferença apresentada por esta perspectiva de educação integral está, portanto, na **intencionalidade de construir um ambiente estimulante para os alunos desenvolverem as competências socioemocionais**, devidamente explicitadas nas políticas públicas educacionais e sistematizadas nos planejamentos escolares e nos planos de aula.

Algumas considerações sobre o trabalho com socioemocionais

Para adotar um programa nessa perspectiva das competências socioemocionais, é importante garantir uma pluralidade de abordagens para que as diferentes realidades e contextos locais tenham opções mais adequadas às suas necessidades e possibilidades, aos seus próprios currículos e às trajetórias dos educadores. Além disso, diferentes projetos podem demandar diferentes escolhas de competências a serem trabalhadas com mais foco para cada público.

Em todos os casos, no entanto, as abordagens mais favoráveis a esse desenvolvimento contemplam tanto o nível de **políticas públicas** quanto o nível de **práticas pedagógicas**, ou seja:

1) envolvem mudanças no dia a dia das escolas e **2)** alterações nos processos de gestão das redes de ensino (formação continuada de professores, avaliações, orientações curriculares, entre outras).

Continua →



Case Felipe

Muita persistência, determinação e vontade de aprender levaram Felipe a superar sua dificuldade de aprender.



Clique para assistir ao vídeo

Evidências mostram, também, que são mais efetivos os programas que são:

- 1) **Sequenciais** (usar atividades conectadas e coordenadas entre si para atingir os mesmos objetivos);
- 2) **Ativos** (usar formas práticas de aprendizado para envolver os estudantes com recursos pedagógicos);
- 3) **Focados** (possuir pelo menos um componente específico como objetivo de trabalho);
- 4) **Explícitos** (tratar explicitamente de componentes socioemocionais, em vez do desenvolvimento de forma genérica);
- 5) A **efetividade** é ainda maior quando administrada por professores em sala de aula do que por profissionais externos ou fora do ambiente escolar.

Qualquer que seja o desenho do programa, quando no ambiente escolar, é também **essencial ter em vista alguns cuidados e princípios** do desenvolvimento socioemocional:

- 1) não deve se confundir com atendimento psicológico, clínico ou de identificação de possíveis transtornos, pois este não é o foco da atuação de professores;
- 2) não deve se tornar instrumento para padronizar comportamentos, adequar os estudantes a um suposto modelo ideal de cidadão, ou se tornar fonte de argumentos para a cultura que culpa alunos e professores pelo fracasso escolar.

Longe disso, o desenvolvimento socioemocional tem relação direta com a concretização de projetos de vida que levem em consideração o respeito à diversidade, à singularidade e à heterogeneidade entre as pessoas.

Por isso, o trabalho pedagógico com as competências socioemocionais deve se valer de estratégias e materiais adequados às etapas e respectivas faixas etárias. Para crianças pequenas, por exemplo, é importante o uso de imagens que deem concretude às emoções, como as expressões do personagem Senninha utilizadas nos materiais destinados a alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, dentro de programas de alfabetização do Instituto Ayrton Senna.



©ASE - Criadores do Senninha e sua turma: Rogério M. Martins e Ridaut Dias Jr.

É importante saber que tal forma de trabalho com foco na educação integral e nas competências socioemocionais possibilita que tanto adultos quanto crianças aprendam a se autoconhecer e a utilizar todo o seu potencial para promover o cuidado consigo, com o outro, com seu entorno e com o planeta.

As ações que buscam oferecer uma melhoria sistêmica na qualidade da educação por este caminho precisam refletir um trabalho coletivo de gestores, professores, pesquisadores, organizações e famílias, aceitando contribuições variadas e praticando abertura a novas propostas. Esse é, assim, um trabalho em constante processo de aprimoramento.



A INEFICIÊNCIA DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

CAPÍTULO 3 | CONTEXTUALIZAÇÃO

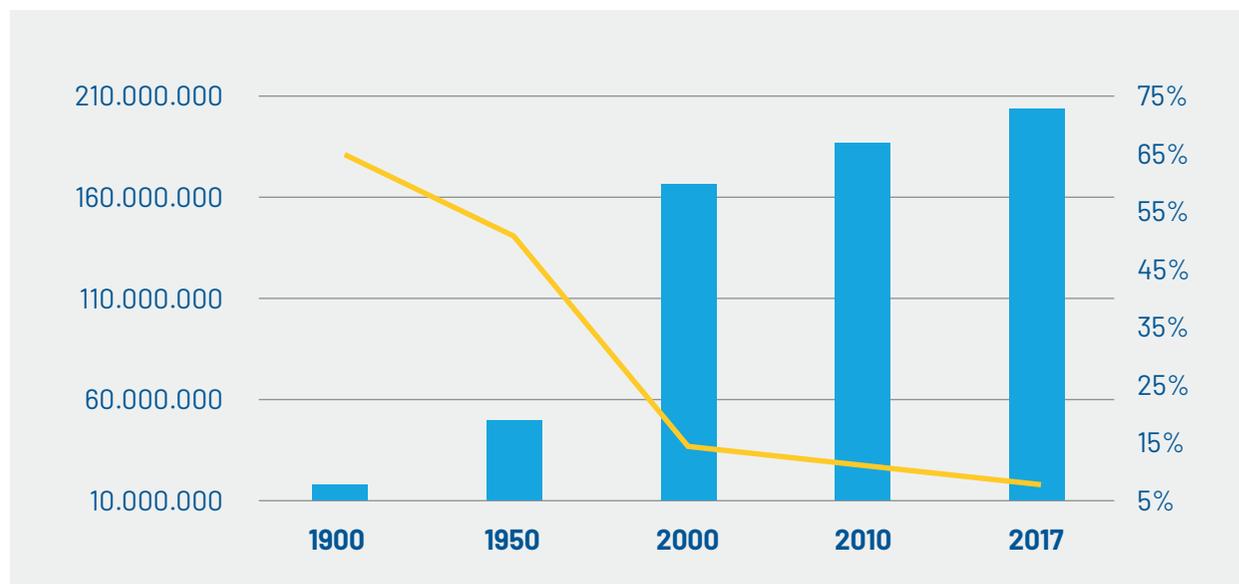


CONTEXTUALIZAÇÃO

A ineficiência do processo de alfabetização

O tema alfabetização e seu contraponto, o analfabetismo, faz parte da história do Brasil e tem desafiado sucessivos governos a apresentarem propostas voltadas para a erradicação desse grave problema, principalmente entre pessoas de 15 a 60 anos ou mais. No início do século 20, mais da metade da população era composta por analfabetos, como podemos ver no quadro abaixo:

Relação entre população brasileira e analfabetismo (1900 a 2017)



■ População — Analfabetismo (%)

OBS.: População em 2017 é projeção. Último censo demográfico é de 2010. Os dados de analfabetismo de 2017 são da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

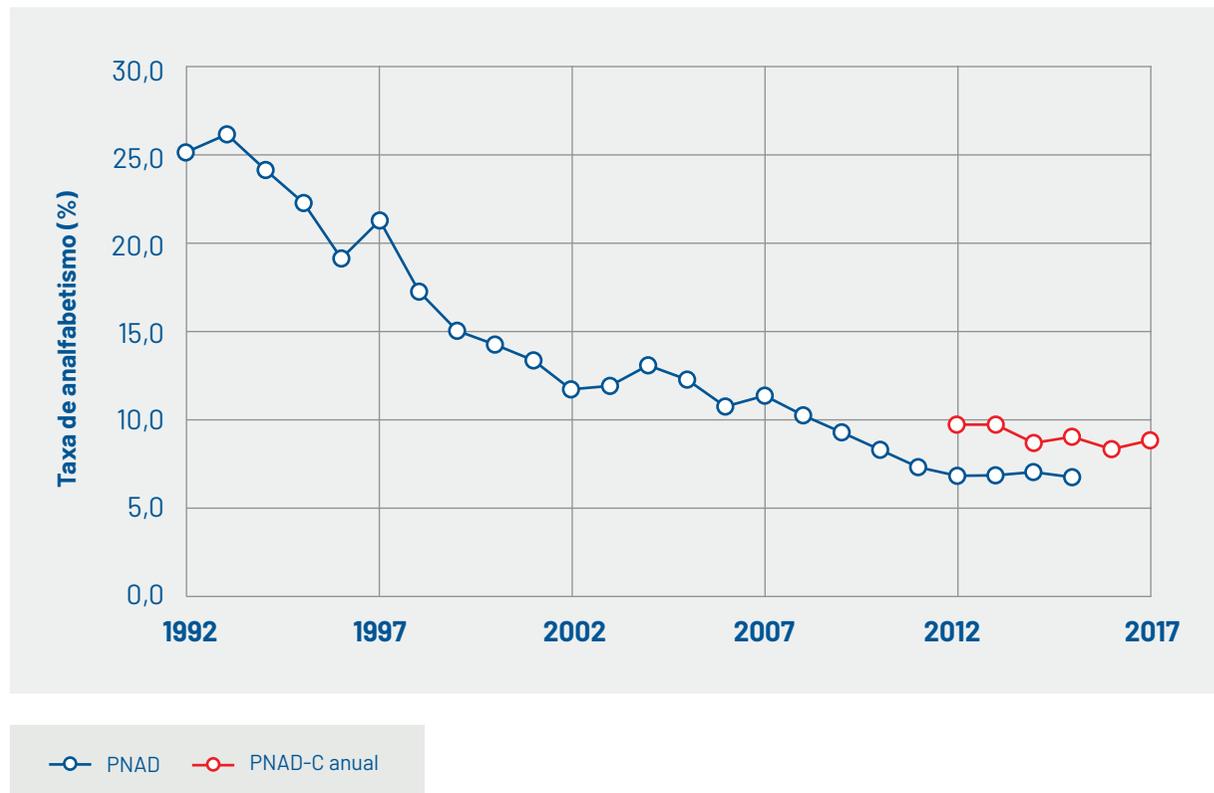
Foram precisos 117 anos para tirar metade da população adulta (15 anos ou mais) do analfabetismo total. De 65,3% em 1900 para 7,2% em 2017, sendo que em 2018 esse índice caiu para 6,8%.

Diversas políticas públicas contribuíram para a diminuição do analfabetismo, como a expansão de escolas públicas, a formação de professores e outras focadas no público adulto, como o Mobral e o EJA.

Quando observamos especificamente para o grupo de crianças que estão em idade para serem alfabetizadas, o desafio ainda é grande, no entanto. A partir de análise de dois sistemas de pesquisa (*Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - Pnad e Pnad Contínua*), o economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper Ricardo Paes de Barros apresentou a evolução da taxa de analfabetismo entre crianças de 8 anos no Brasil, no período de 1992 a 2017.

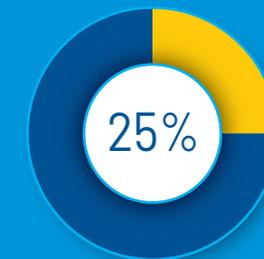
Ambas as pesquisas acompanham informações do desenvolvimento socioeconômico. A Pnad contínua, realizada a partir de 2012, faz um esquema de rotação de domicílios selecionados, que são acompanhados por cinco trimestres consecutivos, dando resultados de evolução em diversos indicadores.

Evolução da taxa de analfabetismo entre crianças de 8 anos: Brasil, 1992 a 2017



Fonte: IAS/INSPIER/OPE Sociais com base na PNAD 1992 a 2015 e na PNAD Contínua anual 2012 a 2017 (IBGE).

Em 25 anos, o Brasil reduziu o analfabetismo total das crianças com 8 anos em quase 70%.



Em 1992, 25% das crianças de 8 anos eram analfabetas.



Em 2017, esse índice foi reduzido para menos de 8%.

Mas as avaliações mostram que mais da metade de alunos nessa faixa etária não sabem ler e escrever como deviam, apesar de terem passado 3 anos na escola...

O fator mais preocupante neste processo é que o acesso à escola formal, embora quase universalizado (a taxa de matrícula de crianças de 7 a 14 anos está em torno de 96,5% - dados 2016), não eliminou a produção de novos analfabetos e ainda resistem as [desigualdades decorrentes da nossa história](#). Quer dizer, a escola não está alfabetizando como devia e isso impacta nos dados de analfabetismo de adultos, principalmente entre os mais jovens.

Leia o texto “Retrospectiva histórica”



Case Ester

Sofria na escola por não conseguir acompanhar seus colegas. Com 13 anos, não sabia ler e escrever direito e era candidata ao analfabetismo funcional.

▶ [Clique para assistir ao vídeo](#)

Ao longo desses anos, o fracasso escolar no Brasil caracterizou-se por manter fora da escola crianças e jovens em idade escolar, contudo hoje se delinea com características distintas: o aluno permanece no sistema por vários anos, sem aprender a ler e a escrever, e acaba saindo da escola com conhecimentos de leitura e escrita em nível instrumental, na condição de [analfabeto funcional](#).

Condição em que a pessoa, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não consegue realizar tarefas como preencher um formulário, interpretar textos ou realizar operações matemáticas.

27% dos brasileiros ainda são analfabetos funcionais

O Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) registrou em seu relatório de 2016 o índice de 4% de analfabetos entre 15 e 64 anos de idade e 23% de alfabetizados em nível rudimentar. No extremo oposto, apenas 8% dos respondentes estão no último grupo de alfabetismo, o proficiente, em que se dá o domínio de habilidades que permitam compreender e interpretar textos em situações usuais e a resolver problemas que envolvam múltiplas etapas, operações e informações. É interessante notar que o fato de estar na escola, ou ter mais anos de escolaridade não é determinante para alcançar o nível mais elevado de proficiência.

INAF: Pesquisa idealizada pelo Instituto Paulo Montenegro, tem o objetivo de mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos, avaliando suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática aplicadas ao cotidiano.



[Acesse o site do INAF para saber mais](#)

Apesar de tentativas do governo federal em adotar estratégias para melhorar a alfabetização dos alunos da Educação Básica, como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), estabelecido em 2012, ainda é crítica a estagnação da aprendizagem, como revelada pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), em 2016.

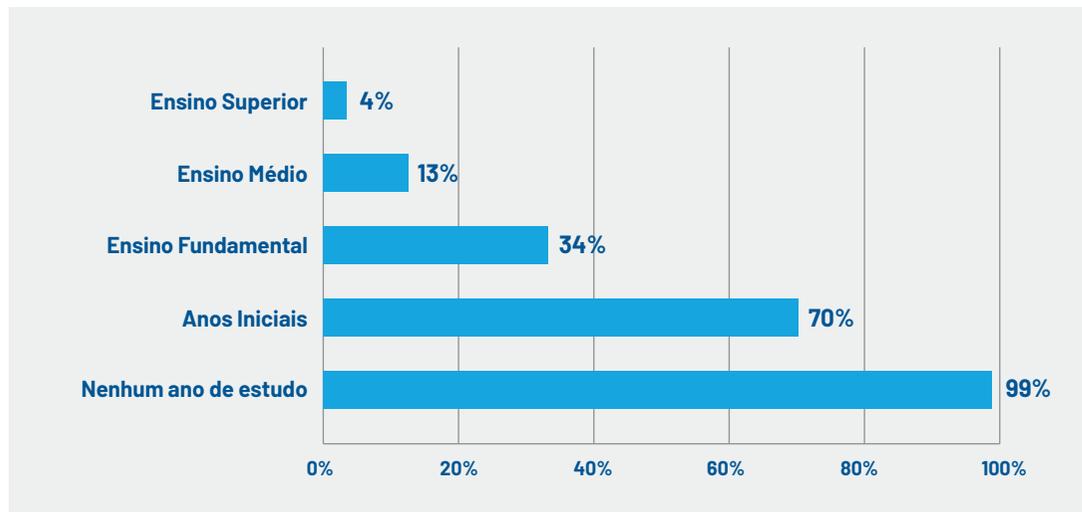
Os resultados mostraram que 54,73% dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental permanecem em níveis insuficientes de leitura.

Quando a ANA apresenta os resultados de leitura em quatro níveis, e considera alfabetizados os alunos de nível 2, é importante que se avalie o quanto o aluno, nessa situação, tem condições de aprendizagem para acompanhar o 4º ano do Ensino Fundamental, dado que estar no nível 2 significa: ler textos curtos, reconhecer a finalidade deles, fazer inferências e articular linguagem verbal e não verbal.

Para uma análise robusta da literatura que avalia o Pnaic veja: "O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em ação: revisão de literatura", em Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ. vol.27 no.102 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2019 Epub Oct 29, 2018.

[Clique aqui.](#)

Informações sobre o acesso na página 84.



O gráfico mostra a distribuição de analfabetos funcionais em função de seu grau de estudo. Fonte: INAF, 2018.

A ANA é uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas. Em 2016, foram avaliados 2,5 milhões de alunos, sendo que mais da metade figuram nos dois níveis mais baixos da escala de proficiência: apenas 13% dos alunos atingiram o nível 4 da escala de leitura.

Níveis de Leitura da ANA: Nível 1: conseguem ler palavras simples, como "casa"; Nível 2: localizam informações explícitas em textos curtos e inferem sentido; Nível 3: localizam informação explícita em texto longo e inferem relação de causa e consequência; Nível 4: reconhecem relação de tempo em texto verbal e identificam pronomes.

Considerando que o referencial curricular do 4º ano prevê um amplo trabalho com leitura de textos de maior extensão, com relativa autonomia leitora, pode-se inferir o potencial de fracasso a que o aluno estará exposto caso não termine o Ciclo de Alfabetização no nível 4, quando se mostra capaz de: reconhecer tempo verbal, ter noção de pronomes e advérbios ou inferir sentido em textos diversos e mais extensos. Assim também em relação à Matemática, quando é exigido dele resolver problemas ou fazer decomposições com números de até três algarismos e reconhecer relações em gráficos mais complexos.

As **taxas de rendimento** nesse ciclo indicam serem necessários uma atenção e um esforço adicional no 3º ano do Ensino Fundamental, pois é justamente quando se dá o primeiro grande movimento de retenção e exclusão na trajetória escolar. Isto acontece porque a maioria das redes públicas de ensino adota o sistema de ciclo de alfabetização de três anos, portanto é neste momento que as crianças que não atingiram as expectativas de aprendizagem começam a ficar para trás.

Taxas de rendimento - rendimento escolar é a situação de êxito ou insucesso do aluno, por matrícula, ao final do ano letivo. As taxas são de aprovação, reprovação e abandono.

Configura-se, então, nesse momento, o primeiro grande salto na **distorção idade-série**, quando esta taxa atinge 16%, quatro vezes à verificada no 1º ano, que é de 4% (dados redes públicas, 2017). E continua a crescer à medida que se avança nos anos da Educação Básica, e chega a comprometer a vida de mais de 6 milhões de alunos.

Distorção idade-série - indicador que mostra a proporção de alunos com dois anos ou mais de atraso em relação à idade considerada adequada para cada ano escolar.

Uma verdadeira tragédia social determinada, em sua maior parte, pela fragilidade da alfabetização nos primeiros anos escolares.

No gráfico abaixo, nota-se que os índices de abandono e reprovação também aumentam no 6º ano do Ensino Fundamental, quando se dá um momento de mudança no processo pedagógico com uma maior quantidade de professores. A queda posterior da distorção idade-série reflete a evasão escolar.

Taxas de Reprovação, Abandono e Distorção Idade-série (2017)

	1º EF	2º EF	3º EF	4º EF	5º EF	6º EF	7º EF	8º EF	9º EF
Reprovação	1,2%	2,4%	11,4%	7,3%	6,7%	14,3%	12,1%	9,7%	8,3%
Distorção idade-série	4%	6%	16%	21%	24%	25%	26%	24%	25%
Abandono	0,9%	0,7%	0,9%	1,0%	1,2%	3,3%	3,1%	3,0%	3,3%

Dados: MEC/Inep 2017 - rede pública

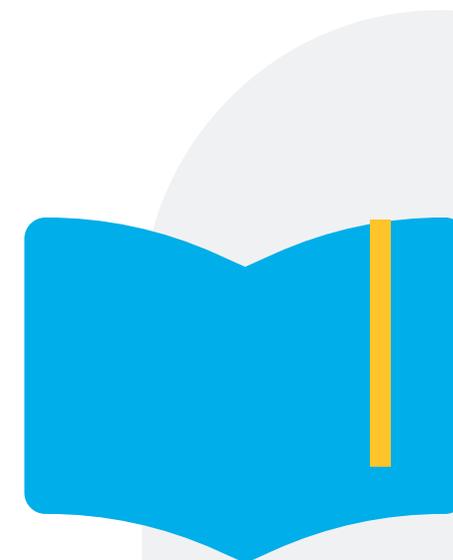
	1º EM	2º EM	3º EM
Reprovação	16,9%	10,5%	6,2%
Distorção idade-série	36%	30%	25%
Abandono	8,8%	6,4%	4,5%

Um em cada quatro jovens brasileiros de 15 a 17 anos não está frequentando o Ensino Médio. Perdem-se alunos pelo caminho e os que chegam têm baixo desempenho em avaliações, como mostra o resultado da Prova Brasil 2017: 1,6% tem nível adequado de Português e 4,5% em matemática. Segundo o PISA 2015, 51% dos estudantes brasileiros estão abaixo do nível 2 em leitura – patamar que a OCDE estabelece como necessário para que o estudante possa exercer plenamente sua cidadania. Ou seja, metade dos jovens que estão terminando o Ensino Fundamental, ou no início do Ensino Médio, não consegue fazer inferências no texto lido. Em Matemática, esse índice é mais alarmante: sete em cada 10 dos estudantes avaliados estão abaixo do nível 2.

Em um mundo de economia globalizada, onde a mobilidade internacional de profissionais qualificados é muito alta, os jovens brasileiros saem da escola em desvantagem, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto na produção de conhecimento para o desenvolvimento do país.

Assim, atuar ostensivamente para a qualificação dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, decisivos para a aquisição de habilidades para a alfabetização, é a **estratégia com maior potencial para reduzir a necessidade de esforços e recursos futuros no resgate de alunos com distorção idade-série, abandono e evasão, e dar fluidez, com aprendizagem, ao percurso escolar.**

Uma política de alfabetização precisa comprometer-se com a criação de oportunidades para que a criança, ao concluir os primeiros anos escolares, esteja de fato preparada para seguir em sua vida como estudante e como cidadão.



Realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Pisa é uma avaliação trienal de estudantes que possuam idade entre 15 anos e 3 meses (completos) e 16 anos e 2 meses (completos) no início do período de aplicação, que estejam matriculados em instituições educacionais localizadas no país participante e que estejam cursando no mínimo a 7ª série/ano. A última foi realizada em 2015.

Como medimos a alfabetização?

Políticas de avaliação educacional

SAEB/ANA

Em 2018, o Ministério da Educação (MEC) anunciou mudanças nas avaliações oficiais da Educação Básica. A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) deixam de ser usadas e serão unificadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que será aplicado em anos ímpares.

A ANA tinha objetivo específico de aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas. Foram realizadas três avaliações, a última em 2016. A partir dessa mudança para o Saeb, essa série será descontinuada e a avaliação da alfabetização será aplicada em alunos do 2º ano do ensino fundamental para, de acordo com o MEC, se adequar à BNCC, que estabelece o fim do Ciclo de Alfabetização no 2º ano e não mais no 3º.

Em 2019, a avaliação de alfabetização dos alunos será amostral, tanto das escolas quanto das turmas, sendo que não mais serão apresentados resultados por escolas e municípios.

Pesquisa socioeconômica

PNAD

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) faz parte do Programa Nacional de Pesquisas Contínuas por Amostra de Domicílios da Fundação IBGE, e vem sendo realizada anualmente desde 1967 para suprir a falta de informações sobre a população brasileira durante o período dos censos (que é de 10 anos). Entre os indicadores de educação levantados estão alfabetização, escolaridade (série e grau frequentados) e nível de instrução das pessoas que não são estudantes (última série concluída e grau correspondente).

É importante destacar que, enquanto o SAEB afere objetivamente o desempenho do aluno, por meio das respostas dadas por ele, na PNAD trabalha com informações prestadas pela população em função das perguntas feitas pelo pesquisador. Assim, temos dois bancos de dados que se valem de metodologias diferentes e, por decorrência, podem apresentar resultados diferentes.

Avaliações internacionais

PIRLS

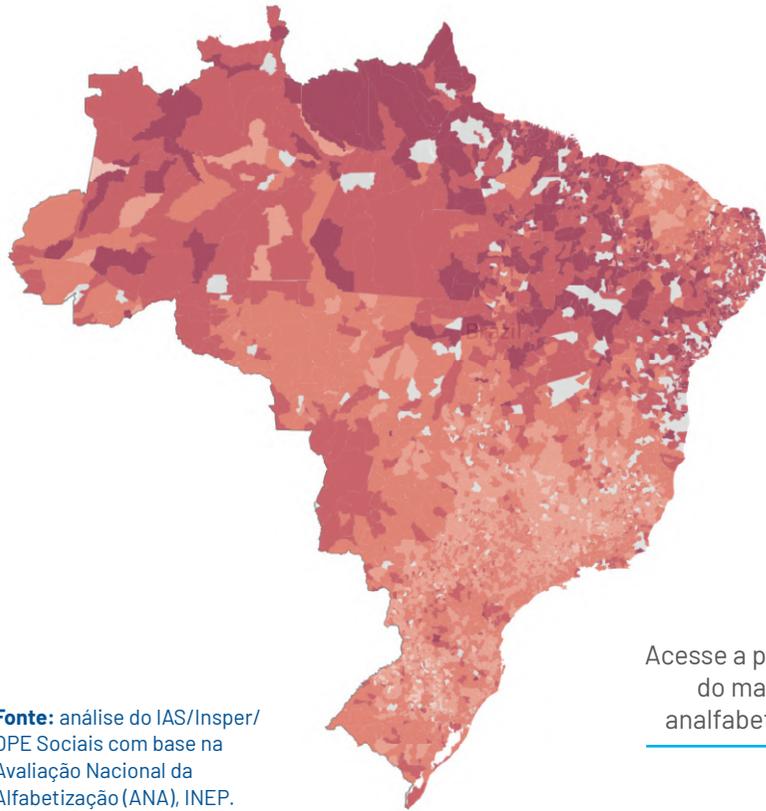
De acordo com o site do Ministério da Educação, o Brasil passará a fazer parte de um estudo internacional, o [Progress in International Reading Literacy Study \(PIRLS\)](#), que avalia capacidades de leitura e compreensão de texto de alunos do 4º ano do ensino fundamental. O exame será aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em uma amostra de escolas públicas e privadas no segundo semestre de 2020. No primeiro semestre, haverá a aplicação de um pré-teste em algumas instituições de ensino brasileiras.

PIRLS – O estudo é realizado a cada cinco anos pela International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA), cooperativa internacional de instituições nacionais de pesquisa, acadêmicos e analistas que trabalham para avaliar, entender e melhorar a educação em todo o mundo. O Brasil faz parte da IEA, mas não estava entre os países que aplicam o PIRLS.

[Acesse aqui.](#)

Mapa do analfabetismo no Brasil

Porcentagem de alunos nos níveis 1 e 2 de leitura ou escrita ou matemática, a partir de resultados da ANA 2016, divulgados em 2017.



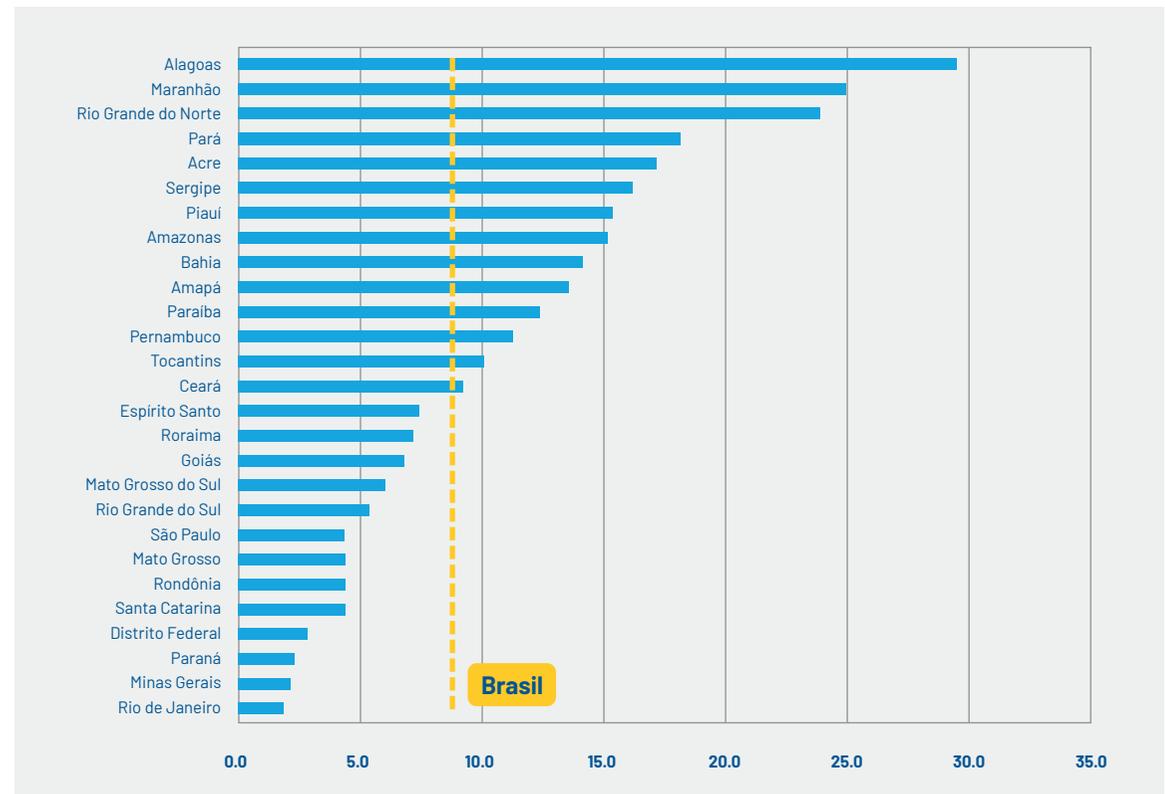
Acesse a página do mapa do analfabetismo

Fonte: análise do IAS/Insper/OPE Sociais com base na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), INEP.
Nota: Considerando analfabetos os alunos nos níveis 1 e 2 das disciplinas. Quanto mais escura a cor da legenda, maior o número de alunos em níveis baixos de leitura, escrita e matemática.

Nesse estudo sobre o analfabetismo no Brasil, produzido pelo Instituto Ayrton Senna e Insper, é possível visualizar resultados dos Estados e municípios, por níveis de leitura, escrita ou matemática e os três indicadores juntos.

No gráfico a seguir, é possível ver a taxa de analfabetismo por Estado.

Taxa de analfabetismo entre crianças de 8 anos: Unidades da Federação, 2017.



Fonte: Análise IAS/Insper/OPE Sociais. Dados ANA/Inep 2017



O que é ser alfabetizado?

A reflexão sobre alfabetização está intrinsecamente ligada a uma questão mais ampla, que são os processos de escolarização e os esforços para garantir o direito à educação de qualidade a toda a população, pois envolve a importância que o domínio da língua escrita tem como fator de mobilidade social e equidade e o papel da escola para que isso aconteça.

Alfabetizar-se é uma das pré-condições mais essenciais para garantir o sucesso escolar e para participar com autonomia em uma sociedade letrada. O que significa ir além do domínio dos códigos da língua e da linguagem matemática, mas se apropriar das linguagens do mundo real, onde as áreas do conhecimento e o socioemocional caminham de forma articulada, integrada e complementar.

Alfabetizar-se na perspectiva da Educação Integral é ter oportunidades para transitar com desenvoltura em um mundo complexo, que exige um conjunto de habilidades mais sofisticadas.



Foto: Samuel Zeller/Unsplash



Algumas concepções de alfabetização

Emilia Ferreiro (pedagoga que criou a Psicogênese da Língua Escrita)

“Estar alfabetizado hoje é poder transitar com eficiência e sem temor numa intrincada trama de práticas sociais ligadas à escrita. Ou seja, trata-se de produzir textos nos suportes que a cultura define como adequados para as diferentes práticas, interpretar textos de variados graus de dificuldade em virtude de propósitos igualmente variados, buscar e obter diversos tipos de dados em papel ou tela e também, não se pode esquecer, apreciar a beleza e a inteligência de um certo modo de composição, de um certo ordenamento peculiar das palavras que encerra a beleza da obra literária. Se algo parecido com isso é estar alfabetizado hoje em dia, fica claro porque tem sido tão difícil. Não é uma tarefa para se cumprir em um ano, mas ao longo da escolaridade. Quanto mais cedo começar, melhor.”

Magda Soares (educadora que trouxe o termo Letramento para o Brasil)

Para alfabetizar, “é preciso conhecer o processo de conceitualização da escrita pela criança na perspectiva psicogenética, as operações cognitivas que estão envolvidas na compreensão do sistema de escrita, é preciso conhecer a fonologia da língua e saber relacioná-la com o sistema alfabético e com o desenvolvimento da criança. E ainda é preciso relacionar tudo isso com o conhecimento das letras, que tem sido um conhecimento em geral mal trabalhado, pois se ensinam as letras como figuras, o que as letras não são, elas são uma representação abstrata e arbitrária de sons – fonemas – que também são abstratos, o que exige um trabalho específico com o conhecimento do alfabeto.”

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Para estar alfabetizado, é preciso que a criança “consiga ‘codificar e decodificar’ os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil em seus vários formatos – letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas-), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua”. (BNCC, 2017, p. 89)

Alfabetização 360° (Instituto Ayrton Senna)

O conceito de alfabetização 360° amplia a perspectiva da alfabetização como a capacidade para ler e escrever com compreensão, coerência e fluência e traz a essência da educação integral. Isso implica em um trabalho intencional, dentro do processo de ensino e aprendizagem, com diferentes dimensões humanas (intelectual, física, socioemocional), e em articular a apropriação do sistema de escrita alfabético com o desenvolvimento de outras linguagens e das chamadas competências socioemocionais. Essas linguagens, como a matemática, a científica, a digital, a corporal, a artística etc., são entendidas como meio de interação com o mundo e que transformam nossa forma de perceber, sentir e entender o que está a nossa volta.



O papel da escola na alfabetização

Ingressar na escola é, para a maioria das crianças, a oportunidade de iniciar o caminho rumo à sua formação de escritor e leitor proficientes.

Esse é um processo que se inicia, formalmente, na **pré-escola**, aos quatro anos de idade, onde as aprendizagens de escuta, fala, pensamento e imaginação facilitam o trabalho a ser continuado, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Leia o texto “Educação infantil e alfabetização”

Como posto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), espera-se que a criança, ao ingressar no Ensino Fundamental, já saiba:

- Expressar ideias, desejos e sentimentos em distintas situações de interação, por diferentes meios
- Argumentar e relatar fatos oralmente, em sequência temporal e causal, organizando e adequando sua fala ao contexto em que é produzida
- Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas
- Conhecer diferentes gêneros e portadores textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita e reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação (BNCC, 2017, p.55)

Na prática, no entanto, **nem todos os alunos chegam ao 1º ano** do Ensino Fundamental com essas competências desenvolvidas, o que gera a formação de turmas heterogêneas. Enquanto alguns já leem palavras, outros sabem escrever o nome, outros conhecem letras e outros fazem rabiscos, quando solicitados a se manifestar por escrito, e a função da escola é garantir que essas diferenças sejam superadas nesse 1º ano. Mas, infelizmente, muitas turmas de 2º ano seguem com grande variação entre os alunos, e o grande drama é que isso se mantém não somente no 3º ano, pois em muitos casos acabam por se cristalizar ao longo da vida.

Diagnósticos realizados em redes municipais parceiras do Instituto Ayrton Senna mostram que entre 30% e 40% de alunos ingressantes do 3º ano ainda não dominam os princípios do sistema alfabético de escrita. Isso significa a impossibilidade de acompanharem as aulas regulares no mesmo ritmo que os demais alunos da turma. Como consequência, engrossam os índices de reprovação, abandono e distorção idade-série ao longo do processo de escolarização.

Entre as crianças brasileiras de quatro e cinco anos, 91,7% estavam na pré-escola em 2017 (dados PNAD Contínua).

O debate sobre métodos

Há 40 anos, um debate sobre qual método de alfabetização seria mais efetivo para que as crianças aprendessem a ler e a escrever levou a mudanças pedagógicas que impactaram desde a formação inicial dos professores alfabetizadores até a prática em sala de aula.

Até os anos 1980, predominaram métodos sintéticos e analíticos de alfabetização, descontinuados pela introdução da teoria da Psicogênese da Língua Escrita, da psicóloga argentina Emilia Ferreiro, que resultou na transposição das práticas antigas de alfabetização (as cartilhas) para estratégias (abordagem construtivista) que não priorizam a necessidade de aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética pela relação letra-som, tendo inclusive passado a compor documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais. Na sequência, a partir de estudos da educadora Magda Soares, o termo letramento, entendido como desenvolvimento de habilidades de uso do sistema alfabético em práticas sociais, foi sendo adotado por pesquisadores e educadores.

Linha do tempo – métodos e abordagens pedagógicas



Fontes: Referências bibliográficas das imagens na página 84.

Uma questão de métodos

Em sua concepção de alfabetização para o 1º ano do Ensino Fundamental, a BNCC enfatiza a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em sons (para ler) e à capacidade de representar os sons da língua por meio de sinais gráficos (na escrita), para que o aluno possa estabelecer relação com a leitura e a produção escrita de pequenos textos.

Pode-se afirmar, então, que a BNCC prioriza, no início do Ensino Fundamental, a chamada “mecânica da alfabetização”, própria da experiência de leitura e escrita de textos do cotidiano, ainda que as crianças não saibam ler convencionalmente, para favorecer o desenvolvimento da linguagem oral.

Mas alguns entraves têm impedido que a apropriação, pelos alunos, dessas habilidades básicas não se concretize, e um dos fatores para que isso aconteça pode estar na adoção de teorias e métodos únicos que engessam

as práticas em sala de aula, principalmente pelo fato de falhas na formação docente que, muitas vezes, abordam superficialmente o tema da alfabetização e por um único viés, sem experiência prática e sem embasamento nos conhecimentos provenientes das neurociências.

O Instituto Ayrton Senna defende que não há um método melhor que o outro, ou que sirva para todos os alunos, mas sim trajetórias diferentes que alfabetizem todos os alunos – todos, sem exceção –, mesmo os que são considerados como de inclusão, cuja variável a ser alterada é a do tempo de aprendizado. As pessoas não aprendem todas do mesmo jeito. Muitas crianças evoluem sem grandes traumas ou até com velocidade acima do esperado, mas outras precisam de um olhar mais atento para que não sejam obrigadas a se conformar com a realidade de um fracasso erroneamente considerado como seu.



A [Política Nacional de Alfabetização](#), lançada pelo MEC em 2019, apresenta seis componentes como essenciais para a alfabetização: **consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; fluência em leitura oral; desenvolvimento de vocabulário; compreensão de textos; e produção de escrita.**

Saiba mais em [REFERENCIAL CURRICULAR](#)

COMO A NEUROCIÊNCIA PODE ESCLARECER O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM?

CAPÍTULO 4 | NEUROCIÊNCIA



NEUROCIÊNCIA

Como a neurociência pode esclarecer o processo de aquisição da linguagem?

Compreender o princípio alfabético significa reconhecer que existem relações entre as letras escritas (ou grupos de letras) e os sons da fala (os fonemas), ou seja, reconhecer que as letras que aparecem na composição das palavras escritas representam uma sequência de fonemas na palavra falada. O aluno compreende que alterações nas letras provocam alterações na leitura das palavras.

O conhecimento da relação entre os sons e suas representações, isto é, as letras ou grupos de letras, torna possível estabelecer generalizações que permitem a leitura e a escrita de qualquer palavra, de acordo com as regras da ortografia da língua.

Não é a memorização de cada palavra isolada que está em jogo, mas sim a capacidade de generalização das regras implícitas no sistema ortográfico. São regras que se manifestam na escrita de cada palavra, na escolha de cada letra e na combinação entre elas.

Mas como todo esse aprendizado da leitura acontece no cérebro das crianças?

Quando falamos da compreensão de como o cérebro aprende a ler, o nome do neurocientista francês Stanislas Dehaene é uma referência. Professor do Collège de France e diretor da Unidade de Neuroimagem Cognitiva do Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, ele atua em diversas linhas de pesquisa, em especial as bases neurais da leitura.

Em seu livro “Os neurônios da Leitura”¹, Dehaene traça uma teoria da leitura à luz da neurociência, descrevendo como as redes de neurônios aprendem a ler, como os circuitos corticais se adaptaram para a leitura e quais mecanismos promovem a leitura com fluência. As novas tecnologias de imagem, como as ressonâncias magnéticas, permitem a visualização das regiões cerebrais ativadas quando deciframos as palavras.

“Em todos os indivíduos, em todas as culturas do mundo, a mesma região cerebral, com diferenças mínimas de milímetros, intervém para decodificar as palavras escritas. Seja a leitura em francês ou chinês, a aprendizagem da leitura percorre sempre um circuito idêntico”, diz ele.

Fala, leitura e escrita são elementos interdependentes e compõem o sistema funcional da linguagem.

Processos essenciais da leitura

DECODIFICAÇÃO: o uso do conhecimento grafema-fonema

ANALOGIA: o uso de partes de palavras conhecidas para ler palavras desconhecidas quando ambas possuem o mesmo padrão ortográfico. Ex: mola, bola.

PREDIÇÃO: uso de informações contextuais de uma ou mais letras para inferir a identidade das palavras. Ex: Maria brinca com sua... (bola)

MEMÓRIA: envolve a capacidade de leitura por reconhecimento automatizado.



Acesse aqui para um resumo desse livro no formato de apresentação.

1 - Dehaene, Stanislas. Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler / Stanislas Dehaene; tradução: Leonor Scliar-Cabral. - Porto Alegre: Penso, 2012.

COMO LEMOS

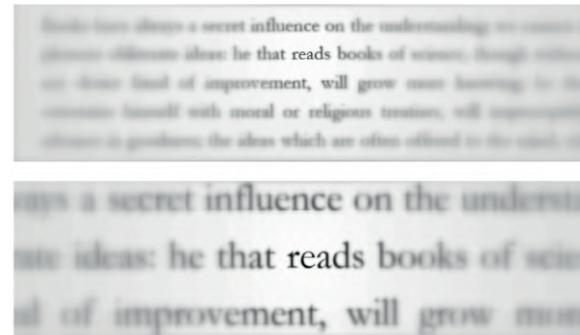
Os olhos percorrem o espaço onde se encontra a escrita com movimentos rápidos (4 a 5 vezes por segundo), chamados de SACADAS. Identificamos de 10 a 12 letras a cada sacada (3 ou 4 à esquerda e 7 ou 8 à direita do olhar). Depois disso, há o momento da fixação, quando realmente lemos: a informação visual é desmembrada em milhares de fragmentos pelos neurônios da retina e reconstituída pelo cérebro num formato que restitua a sonoridade (via fonológica) e o sentido das palavras (via lexical). As informações sobre a pronúncia das palavras são ativadas automaticamente dentro do cérebro, formando uma “imagem acústica”. É como se o leitor ouvisse sua própria voz dentro dele.

O tempo de percepção de uma letra é de 50 milissegundos, e a leitura de um “bom leitor” chega à velocidade de 400 a 500 palavras por minuto.

Extraído de: *Os neurônios da leitura*, Stanislas Dehaene, 2012.

Cada vez que nosso olhar pausa, não conseguimos identificar senão uma ou duas palavras. Apenas o centro da retina, chamado de FÓVEA, tem uma resolução suficiente para permitir o reconhecimento de letras pequenas.

15% do campo visual é que dá a leitura



Conhecer os processos cerebrais da leitura é importante para desenvolver métodos de ensino mais eficazes para a alfabetização das crianças.

A neurociência também elucidou que as funções executivas (como memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva, usadas para controlar nossos pensamentos, nossas emoções e nossas ações) são recrutadas para responder de modo adaptativo a situações novas.

Na alfabetização são importantes, por exemplo, para associar que aquele desenho/letra corresponde a um determinado som, que aqueles fonemas/sons estão associados àquele grafema/letra e juntos formam palavras.

Essas evidências dão subsídios aos cientistas para análises de comportamentos que podem colaborar ou prejudicar o desenvolvimento da leitura.

A neurocientista cognitiva Maryanne Wolf, diretora do Centro de Dislexia, Aprendizagem Diversa e Justiça Social da Universidade da Califórnia em Los Angeles/EUA, defende que o hábito de ler em celulares e tablets pode alterar o modo como processamos a informação que lemos. Segundo ela, hábitos digitais favorecem uma leitura pouco aprofundada, em que os olhos passam rápido por textos e postagens diversas, o que pode contribuir para a diminuição da habilidade de entender argumentos complexos, fazer análises críticas e até mesmo criar empatia para opiniões diferentes.

Ela dá algumas dicas para lidar com esses problemas em relação a crianças e adolescentes:

- 1) Evitar o “multitasking”. Apesar de aumentar a capacidade de atenção para lidar com várias coisas ao mesmo tempo, algo bem exigido no mundo atual, o hábito cria dependência por constantes estímulos e desestimula a memória.
- 2) Aproveitar o tempo ocioso das crianças com atividades criativas e lúdicas longe das telas.
- 3) Ler livros para as crianças desde o nascimento. O hábito estimula conexões neurais, a atenção recíproca e a experiência tátil dos livros.
- 4) Buscar equilíbrio para o tempo de uso de celulares ou tablets. Cientistas não recomendam mais de duas horas diárias para crianças pequenas.
- 5) Explorar o uso de outras linguagens, como artes, música, corporal, que colaboram para o desenvolvimento de competências socioemocionais.

A **Rede Nacional de Ciências para a Educação**, que tem apoio do Instituto Ayrton Senna, reúne mais de cem grupos de pesquisas em todo o país, voltados a diferentes áreas do conhecimento e especialidades, com interesse em realizar pesquisas que promovam melhores práticas e políticas educacionais. Um dos enfoques de trabalho dos pesquisadores da rede é a alfabetização, tema inclusive debatido em diversos artigos e vídeos disponíveis no site da rede.

O vídeo **“Existe idade certa para alfabetizar?”**, por exemplo, agrega depoimentos de diversos especialistas para uma abordagem multidisciplinar sobre essa discussão.

A Rede CpE se organiza para:

- identificar e conectar grupos de pesquisa pelo país cujos trabalhos possam de alguma forma contribuir para a educação.
- aproximar pesquisadores, educadores e gestores para discutir o campo de science of learning (ciência para educação) e suas aplicações políticas e práticas.
- estimular e conduzir pesquisas sobre aprendizado e ensino.



[Acesse o vídeo.](#)

SAIBA MAIS

Como o cérebro aprende a ler
Prof. Stanislas Dehaene
(vídeo legendado de palestra realizada no World Innovation Summit for Education, 2017/18:28 min)



[Vídeo](#)

Ler: um ato de revolução cerebral, entrevista com Stanislas Dehaene.



[Entrevista](#)

O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era, Maryanne Wolf, ed. Contexto, 2018.

Vídeo com Rochele Paz Fonseca, professora da PUC do Rio Grande do Sul, aprofunda-se no tema das funções executivas e sua relação com a alfabetização integral.



[Vídeo](#)

ALFABETIZAÇÃO É CAMINHO PARA DIMINUIR A DESIGUALDADE

CAPÍTULO 5 | POLÍTICA PÚBLICA



POLÍTICA PÚBLICA

Alfabetização é caminho para diminuir a desigualdade

Desde o século 20, as sociedades vêm presenciando progressos em vários aspectos do desenvolvimento humano: muitas pessoas estão com mais saúde, vivendo mais, têm mais acesso a bens e serviços e também à informação, em volume e velocidade cada vez maior. Mas até que ponto esse progresso tem contribuído para nos transformar em uma humanidade solidária e justa, livre de guerras, de crises, de pobreza e de intolerância, se esses anos todos assistiram também ao aumento das desigualdades e diferenças regionais, principalmente devido ao número ainda grande de analfabetos, ao crescimento da pobreza e da fome, de padrões de consumo insustentáveis que geram alterações climáticas de forma a comprometer inclusive a disponibilidade de água doce, e aos incessantes conflitos políticos, territoriais e religiosos?

Ao entrarmos no segundo decênio do século 21, uma pergunta se faz necessária:

Em qual momento desse novo século vamos conseguir efetivamente modificar o cenário que marcou o nosso passado (privações e desigualdades), e também aquele que vem se desenhando no presente (insegurança, polarização e extremismo violento)?

Foto: Ivo Bruno da Costa

Desenvolvimento Humano envolve a ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Veja mais.

As análises sobre as causas e as possibilidades de superação das dificuldades atuais devem ser motivo de preocupação de todos.

Está mais do que na hora de compreendermos que um dos caminhos mais eficazes para combater todos esses problemas depende da qualidade da educação.

O processo educativo, seja na escola ou fora dela, se dá a partir da internalização e mobilização de conhecimentos, habilidades e valores. A apropriação de tais elementos contribui para a inserção do indivíduo na sociedade e, através deles, a oportunidade de compreender e exercer a cidadania, respeitado seu momento histórico, econômico e social.

Amartya Sen, economista indiano e um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano, fala que a insegurança se manifesta de diferentes formas – não apenas por meio da violência ou do terrorismo. Uma delas, a mais básica, é o analfabetismo. É uma privação tremenda não estar apto a ler, a escrever, a fazer cálculos matemáticos e se comunicar. Para Sen, uma pessoa analfabeta não fica insegura apenas porque algo terrível pode lhe acontecer, mas porque algo terrível já aconteceu e a vida lhe parece reduzida. “O caso extremo na insegurança é a certeza da privação, a ausência de qualquer chance de se evitar este destino.”

Amartya Sen, *Algumas ideias sobre o Dia Internacional da Alfabetização*. Mensagem gravada para as celebrações do Dia Internacional da Alfabetização/ONU, 2003.



EDUCAÇÃO É UM DIREITO HUMANO EM SI E UM MEIO INDISPENSÁVEL PARA REALIZAR TODOS OS OUTROS DIREITOS HUMANOS. A ALFABETIZAÇÃO TAMBÉM É UM DIREITO HUMANO EM SI E UM MEIO IMPRESCINDÍVEL PARA A REALIZAÇÃO DO PRÓPRIO DIREITO À EDUCAÇÃO.”

**RICARDO PAES DE BARROS,
ECONOMISTA-CHEFE DO INSTITUTO
AYRTON SENNA E PROFESSOR
DO INSPER**

Apoiar o desenvolvimento humano por meio da educação requer dos sistemas educacionais uma visão muito clara de quais são as competências a serem desenvolvidas para a transformação social que se pretende.

Significa possibilitar a todas as pessoas o alcance de padrões excelentes de aprendizagem, de forma que elas tenham oportunidade para superar as desigualdades de origem socioeconômica. Significa transformar a escola de um lugar enfadonho, estressante e irrelevante para um espaço de crescimento criativo, atraente e inovador, onde o aluno possa aprender e expressar pensamentos e sentimentos com liberdade.

É papel da escola sistematizar e qualificar o processo de inserção social, por meio do desenvolvimento pleno de crianças, adolescentes e jovens. Podemos dizer que o desafio a ser enfrentado pelas lideranças educacionais é propor **políticas públicas compromissadas com a proposta de educação integral**, de forma a preparar os estudantes para resolver os dilemas enfrentados em seu cotidiano, agora e no futuro, incluindo o protagonismo para construir outros futuros possíveis, em que não se repita o padrão atual de desigualdade.

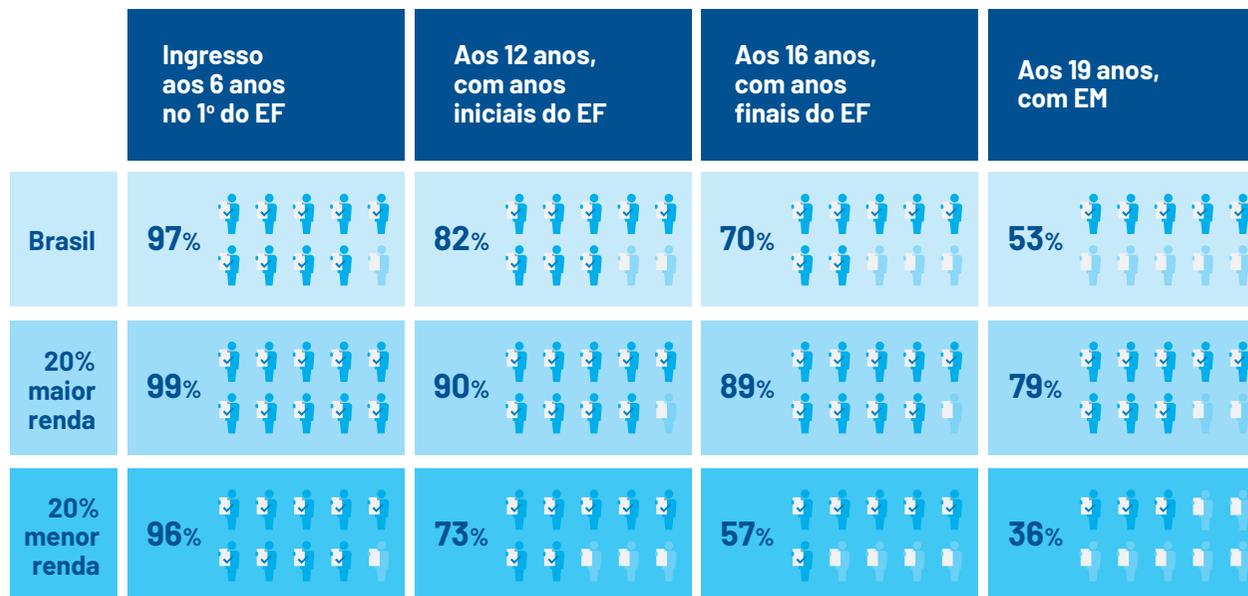
Igualdade ou equidade: com qual ficar?

O sistema educacional brasileiro sempre tentou, em teoria, realizar o desenvolvimento integral do aluno; porém, formar todos os indivíduos plenamente tem sido um desafio histórico, raramente atingido, devido principalmente à grande desigualdade social que nosso país apresenta.

Avaliações têm mostrado sistematicamente não apenas que a maioria dos alunos tem desempenho menor do que o esperado para a seu ano escolar, mas que esse desempenho varia conforme a região, a cor da pele e a posição socioeconômica de cada um. Essa desigualdade é refletida na trajetória escolar, ao longo das fases da Educação Básica, como podemos ver no quadro abaixo, a partir de dados de matrícula e aprovação:

Quem chega no final da corrida

% de alunos matriculados



Fonte: Mec/Inep 2017

O ingresso de alunos no Ensino Fundamental está praticamente universalizado. **Mas o precário processo de alfabetização, com a consequência das reprovações ou abandonos**, tem um forte impacto na distorção idade-série ao longo do trajeto escolar. No gráfico ao lado, vemos a defasagem levando em conta a previsão de conclusão dos anos iniciais do Ensino Fundamental aos 10, dos anos finais aos 14 e do Ensino Médio aos 17 anos de idade. A evidência da desigualdade pode ser conferida no comparativo sobre conclusão do Ensino Médio: no grupo das famílias com renda mais baixa, 36% dos alunos são concluintes, índice que sobe para 79% no grupo de famílias com renda alta.

Esses resultados mostram que ainda é preciso avançar para desenvolver **políticas públicas educacionais** que conciliem as diferenças e reduzam as distâncias sociais e, portanto, consigam promover o desenvolvimento humano.

Para que o desenvolvimento pleno do aluno ocorra é preciso que, além da universalização do acesso, a permanência do aluno até a conclusão da Educação Básica seja garantida com **qualidade**, levando em consideração a igualdade de oportunidades e a necessidade de equidade para todos.

Segundo o dicionário Aurélio, igualdade é a qualidade ou estado de igual, uniformidade, identidade; enquanto que a equidade é a disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um.



IGUALDADE



EQUIDADE

AGIR COM IGUALDADE SIGNIFICA TRATAR A TODOS DA MESMA MANEIRA, E OFERECER AS MESMAS OPORTUNIDADES; AGIR COM EQUIDADE SIGNIFICA OFERECER OPORTUNIDADES SEGUNDO AS NECESSIDADES DE CADA UM, DE MANEIRA A ERRADICAR AS DESIGUALDADES SOCIAIS.

Fonte: Referência bibliográfica da imagem na página 84.

Como praticar a equidade, a partir da alfabetização

Apesar de o [acesso ao ensino fundamental estar universalizado](#), se não houver qualidade na aprendizagem fica comprometida a permanência do aluno na escola e a regularidade do fluxo escolar. Não serve, portanto, como instrumento para a promoção do desenvolvimento humano, e muito menos para a redução da desigualdade social, principalmente quando os resultados têm se mostrado extremamente suscetíveis à questão socioeconômica das famílias e às diferenças regionais.

Tornar a escola pública mais eficaz e mais equitativa na produção do aprendizado de seus alunos é um grande desafio. Superá-lo requer atuação efetiva na gestão educacional: professores e gestores escolares precisam olhar para dentro de suas unidades e analisar sistematicamente como se dá o acesso, a taxa de permanência/frequência dos alunos e a qualidade da aprendizagem, a partir das informações de que dispõem, e, sempre que necessário, buscar outras que faltam.

O olhar atento das redes municipais de ensino para o Ciclo de Alfabetização é essencial para garantir a continuidade do fluxo escolar com sucesso para todos os alunos.

No ensino fundamental, o atendimento escolar é de 99,3% da população com a faixa etária de 6 a 14 anos. Com 10,3 milhões de alunos nos anos iniciais, a rede municipal tem uma participação de 67,8% no total de matrículas nesta fase do ensino e concentra 83,5% dos alunos da rede pública. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, do IBGE.

É necessário identificar em que aspectos ou conteúdos o estudante dos anos iniciais do Ensino Fundamental apresenta maiores dificuldades e em qual contexto elas se inserem. O aluno que apresenta problemas para vencer as tarefas exigidas nas escolas, por exemplo, pode estar em desvantagem em função do acesso reduzido aos bens culturais ou por ser filho de pais com baixa escolaridade. Deve-se, conseqüentemente, conhecer o perfil do aluno e realizar processos avaliativos que forneçam pistas para intervenções necessárias à superação das dificuldades. Não basta identificá-las, é preciso superá-las. E não deixar nenhum aluno para trás.

Saiba mais em [GESTÃO PEDAGÓGICA](#)

Sugestões para o “autoquestionamento” de educadores:

- 100% das crianças da comunidade, na qual a escola está inserida, estão efetivamente estudando?
- A realidade no entorno da escola é conhecida pela equipe de gestores?
- O trabalho escolar é caracterizado pela igualdade ou pela equidade?
- O fluxo escolar está regularizado? Ou seja: há alunos em distorção idade-série? O que pode estar provocando essa defasagem?
- [A proposta político pedagógica está adequada à BNCC?](#) Ou seja: atende às necessidades dos alunos e contribui para que eles superem dificuldades e desigualdades?
- Há alinhamento entre todos os membros da equipe escolar?

Essas e outras questões, que os profissionais comprometidos sempre fazem, não podem ficar sem respostas, pois serão elas que guiarão as ações rumo ao sucesso do aluno, dos profissionais da educação e, em suma, de toda a sociedade. Uma forma de responder a essas questões é por meio do desenho e implementação de políticas públicas de qualidade e estratégias de gestão dessa política.

Políticas públicas de alfabetização

Políticas públicas são ações desencadeadas e coordenadas pelo Estado, nas escalas federal, estadual e municipal, com foco na superação das lacunas sociais que comprometem o desenvolvimento humano. Uma política pública deve ser suficientemente abrangente para contemplar a diversidade de públicos, mas devidamente específica para que seu objeto e objetivo sejam respeitados e atingidos num espaço de tempo pré-determinado. Elas são resultado de escolhas que determinam possibilidades como, no caso de política de educação, a chance de entrada e de permanência no sistema de ensino até a conclusão no tempo correto e com o conhecimento adequado.

No caso brasileiro, onde a educação formal até o final do Ensino Médio está sob a responsabilidade de Estados e municípios, garantir educação de qualidade e com equidade requer pensar macro para atuar no micro, ou seja, é necessário partir de uma situação nacional para encontrar soluções que acontecerão no âmbito do município. Lembrando que cerca de 70% dos municípios têm até 20 mil habitantes, com estrutura econômica mais fragilizada, além de corpo técnico mais restrito.

Em todas essas esferas, tanto no macro quanto no micro, é importante que a política parta de evidências, na sua construção, no levantamento de caminhos possíveis, ao longo de seu desenvolvimento e na identificação dos resultados gerados.

Desenhar políticas é responsabilidade de todos os entes da federação, mas as estratégias provavelmente não serão as mesmas para todas as escolas e nem os recursos serão igualmente destinados, pois há que se reconhecer as particularidades de cada realidade e o tipo de suporte mais adequado a cada uma delas.

A essência da equidade, em termos bem práticos, é dar mais para quem tem menos, seja nas escolas, municípios dentro de um Estado, ou um Estado dentro da federação. Destaca-se, aqui, a importância das ações complementares entre os entes nacionais, via [regimes de colaboração](#), tanto na forma horizontal, municípios e Estados entre si, quanto vertical, entre municípios e Estado, pois o aluno transita pelas redes públicas e pelos entes federados ao longo da Educação Básica (no início ele está sob a responsabilidade municipal,

na quase universalidade, e, no Ensino Médio, ocorre a inversão, com a universalidade sob a responsabilidade da esfera estadual).

Para atingirem resultados, as políticas demandam processos. Por exemplo, a política pública de vacinação contra a poliomielite acontece em nosso país por meio de um processo independente do governo x ou y, ou do ministro da vez. Foi a consciência de sua relevância, a evidência de seu impacto, e a gestão das campanhas anuais, de forma processual, que permitiram que a doença fosse debelada.

Tracemos agora um paralelo com a alfabetização e a quantidade de programas disponibilizados a partir de meados do século 20 com o propósito de atender adultos e crianças. Foram investidos recursos, energia e tempo, mas ainda estamos com o problema em nossos colos. A diferença é que não tivemos políticas públicas comprometidas com o processo, mas iniciativas que acabaram por perder o fôlego antes mesmo de terem tido tempo de execução suficiente para serem avaliadas.

Saiba mais em [REFERENCIAL CURRICULAR](#)

Momento propício

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) proporciona uma ótima oportunidade para embasar a construção de uma política efetiva, eficaz e eficiente, pois lá estão as referências comuns para qualquer rede de ensino direcionar todos os seus processos, tendo um mesmo objetivo no que se refere ao propósito da educação. Para concretizar a perspectiva da BNCC sobre a formação de crianças e jovens, é essencial construir boas políticas públicas de alfabetização.

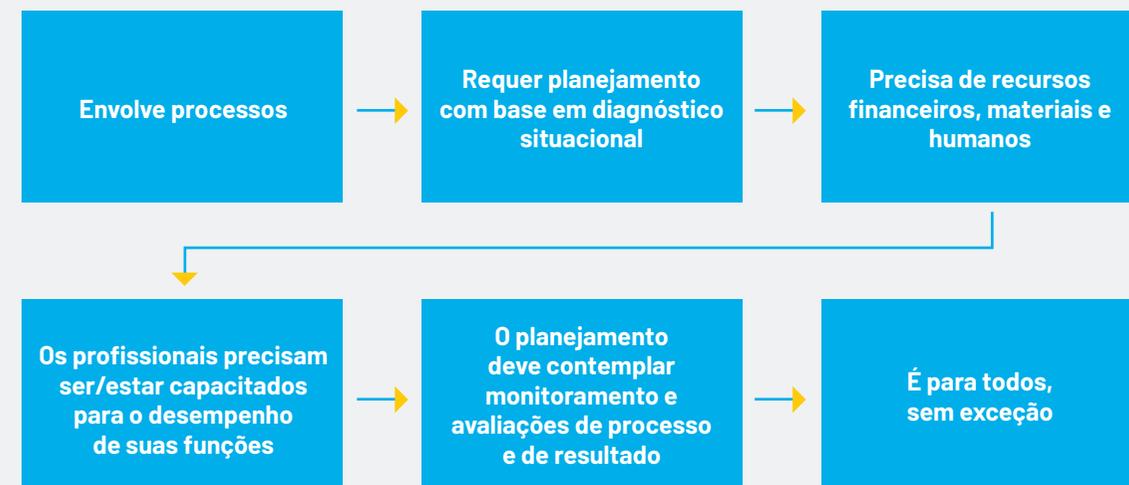
Ponto de partida

Uma política pública para a alfabetização requer:

1. Diagnóstico inicial da realidade e do nível de alfabetização elaborado com base em evidências;
2. Identificação de soluções e práticas já existentes que evidenciem potencial para superar o problema;
3. Planejamento de ações com clareza de foco, resultados e cronograma;
4. Identificação dos recursos (financeiros, materiais e humanos) necessários, em termos de qualidade e quantidade, com atenção para a competência técnica do capital humano;
5. Identificação dos indicadores e metas de processo e de resultados;
6. Utilização de instrumentos e práticas para monitoramento;
7. Avaliação.

Esses passos representam a importância da **gestão educacional**, sob a responsabilidade de cada profissional que desempenha uma das funções ao longo do processo, desde a sala de aula até a secretaria de Educação.

Ao se definir a implantação de uma ação governamental, na forma de política pública, é fundamental que se tenha a clareza de que:



Trata-se de clareza sobre a causa que motivou a política, o que se espera de resultado, como se dará o processo, quem são os responsáveis e como será o acompanhamento e a avaliação.

Para analisar o sucesso da gestão educacional é preciso considerar três aspectos: **efetividade da proposta, sua eficácia e eficiência.**

Efetividade – aquilo que é capaz de produzir efeito

diz respeito à capacidade de se promover os resultados pretendidos, portanto, está ligada à implementação. É a maneira como um processo se dirige à proposta pretendida. Ela requer avaliação para se concluir se a proposta está alinhada às necessidades.

Eficácia – aquilo que se obteve como resultado é o que se esperava

remete aos resultados desejados, isto é, o quanto a ação cumpriu com o objetivo proposto e resolveu o problema.

Eficiência – como os recursos são convertidos em resultados, de forma mais econômica

denota competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços. Diz respeito à avaliação sobre custos e benefícios das propostas. A escola só poderá ser eficiente se, antes, demonstrar ser efetiva e eficaz.

A gestão, com suas ferramentas e processos, deve levar em consideração que, embora se espere um padrão de desenvolvimento para alunos em cada um dos anos do Ciclo de Alfabetização, essa geralmente não é a realidade para 100% deles. Assim, a individualidade dos alunos, com suas diversas formas de aprender, nos diz que não pode haver um único modo de ensinar, e o corpo docente e pedagógico de escolas e secretarias de Educação precisam ter um repertório variado de conhecimento e prática para dar conta dessas diferenças com sucesso. É a gestão que apoia a identificação das melhores soluções para atuar na diversidade.

A gestão das redes de ensino e a gestão das escolas se relacionam de forma complementar. Pensando nisso, o Instituto Ayrton Senna orienta que cada rede considere todas as esferas envolvidas na estrutura de suporte ao aluno, que é o foco do processo.



Ciclo gestor

Uma boa gestão contribui especialmente ao sucesso na ponta (o desenvolvimento pleno do estudante). Por isso, cabe à gestão imprimir eficiência às ações, tanto no que diz respeito ao processo, quanto no que se refere aos resultados, ou seja, tais iniciativas devem ser adequadas ao problema e precisam oferecer boas respostas.

Dessa forma, é inerente à gestão o estabelecimento do ciclo que pode ser chamado de virtuoso, como mostra o gráfico, em um processo contínuo:



A primeira etapa para a implantação de uma política educacional é a do **diagnóstico situacional**, que servirá de base para a elaboração do **planejamento**, a segunda etapa, em que se registram as ações, os prazos, os recursos necessários, os indicadores e as metas, além da identificação dos profissionais responsáveis por cada uma delas.

Com o planejamento elaborado, é possível dar início à **execução**, a terceira etapa do ciclo gestor, que deve ter **acompanhamento e avaliação** contínua, que serve, por sua vez, como um novo diagnóstico, e que constituem a quarta e a quinta etapas, respectivamente.

O ciclo gestor deve se fazer presente em todas as instâncias do processo educacional, mas seu alcance será tanto maior quanto for o compromisso dos profissionais para com o sucesso de cada criança e a crença no potencial dos alunos e no seu próprio.

Acesse o documento [Processos de Gestão para o Ciclo de Alfabetização](#) e aprofunde seus conhecimentos sobre o ciclo gestor.

REFERENCIAL CURRICULAR PARA ALFABETIZAÇÃO

CAPÍTULO 6 | REFERENCIAL CURRICULAR



REFERENCIAL CURRICULAR

Referencial curricular para alfabetização

Na área educacional, se perguntarmos o que as pessoas entendem por currículo, teremos, com certeza, múltiplas e variadas respostas: é “tudo aquilo que o aluno aprende na escola”, “o conteúdo de cada matéria”, “a proposta pedagógica da escola” ou a “grade de horário”, ou seja, “a carga horária de cada disciplina e respectivas notas”. Todos parecem saber a que nos referimos quando falamos em currículo, entretanto, dificilmente alguém consegue defini-lo com plena certeza e poucas palavras.

O currículo é o organizador do trabalho pedagógico e do sucesso educacional, pois é nele que se expressam os ideais da sociedade, o futuro esperado para crianças e jovens, e registra-se o que deve ser aprendido e ensinado, assim como as metodologias e as práticas que socializam as novas gerações nos conhecimentos, saberes e cultura de seu povo e da humanidade em geral.

A [Base Nacional Comum Curricular \(BNCC\)](#), ao definir o que deve ser aprendido e desenvolvido a cada ano da Educação Básica, é a bússola que orienta para a “unidade” da aprendizagem em meio à diversidade educacional e cultural brasileira. A BNCC não é um currículo, mas sim o maior orientador curricular para todas as escolas, em todo o País.

Com outras palavras, todos os estudantes devem aprender determinados conteúdos e desenvolver determinadas competências, independentemente da localização geográfica, da origem de alunos e professores, ou da comunidade no entorno da escola.

De forma geral, a BNCC abre caminho para a valorização do estudante em posição ativa na aprendizagem, desde a educação infantil, destacando uma concepção de criança como:

“(…) SER QUE OBSERVA, QUESTIONA, LEVANTA HIPÓTESES, CONCLUI, FAZ JULGAMENTOS E ASSIMILA VALORES E QUE CONSTRÓI CONHECIMENTOS E SE APROPRIA DO CONHECIMENTO SISTEMATIZADO POR MEIO DA AÇÃO E NAS INTERAÇÕES COM O MUNDO FÍSICO E SOCIAL.”

BNCC, 2017, P. 36

Para saber mais sobre a [BNCC](#) e [educação integral](#) clique aqui

Com todo esse referencial em mente, as equipes que elaboram um currículo devem fazer escolhas, tanto de formas como de conteúdo. No caso específico dos anos iniciais do Ensino Fundamental, é importante que haja clareza sobre qual conceito de alfabetização, qual a visão de estudante e sobre como se propõe a trabalhar a diversidade do alunado e a singularidade de cada estudante.

Também é importante entender alfabetização como um processo que não necessariamente se inicia aos seis anos de idade, no 1º ano do Ensino Fundamental, mas sim como uma continuidade do que foi trabalhado na pré-escola, e que precisa de atenção também nos anos seguintes.

Alfabetização é um processo que vai além do registro curricular e que requer atenção sobre outros temas fundamentais: formação docente, monitoramento, gestão de processos e resultados. O referencial curricular não resume toda a política pública de alfabetização de uma rede, mas é um componente básico dessa construção.

Regime de Colaboração na elaboração e implementação do currículo

Para garantir a coerência entre os diversos currículos por todo o País e fazer com que de fato reflitam os princípios e definições da BNCC, os referenciais curriculares dos Estados e municípios devem ser construídos com atenção a este documento e podem se beneficiar muito de oportunidades trazidas pelos chamados **regimes de colaboração**:

- Pela **colaboração vertical**, das esferas federal, estadual e municipal, pois o estudante de uma rede de ensino fatalmente fará parte da outra ao longo de sua trajetória escolar.
- Pela **colaboração horizontal**, município-município ou Estado-Estado, pois redes de ensino sofrem dos mesmos problemas, com variações de intensidade, e em todas há pontos extremamente positivos que podem ser compartilhados, bem como custos operacionais a serem divididos.

Forma de organização dos sistemas de ensino para garantir, por meio da colaboração, o cumprimento das responsabilidades de cada ente federado (municípios, estados e união) na implementação das políticas de Educação de qualidade.

O regime de colaboração permite encontrar caminhos que otimizem recursos humanos, financeiros e mesmo materiais, e que certamente garantirão celeridade aos processos de implantação e implementação da BNCC. Uma das formas de se efetivar o Regime de Colaboração são os **Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs)**, modelo de trabalho em rede pelo qual um grupo de municípios com proximidade geográfica e/ou socioeconômica busca trocar experiências e otimizar recursos em um planejamento integrado e colaborativo visando a melhoria da educação.

APRENDENDO COM QUE JÁ FAZ

ADE/Granfpolis

Instituído em 2015, e constituído por 22 municípios da região de Florianópolis (SC) em parceria com o Grupo Positivo de Educação, o ADE Granfpolis, o passou a contar, em 2017, com o apoio do Instituto Ayrton Senna para a implementação de programas de correção de fluxo e de gestão da alfabetização. Desde a criação do ADE, a redução da reprovação e da distorção idade-série tem sido comemorada por todos os municípios participantes.

Para saber mais acesse:

- [Documento Arranjo de Desenvolvimento da Educação ADE/Granfpolis](#)
- [Outras experiências, como do Estado do Ceará, e para saber como se implanta um ADE: “Cooperação Intermunicipal: experiências de Arranjos de Desenvolvimento da Educação no Brasil”](#)

Currículo: base da política de alfabetização

Na elaboração do currículo para a alfabetização, dentro do referencial da BNCC e do regime de colaboração, é importante:

- 1) Ter em mãos um bom **diagnóstico da alfabetização** nas redes públicas potenciais participantes do regime de colaboração, horizontal ou vertical, de forma a identificar os pontos de atenção, e definir o foco da política;
- 2) Buscar consenso para a construção, no âmbito da colaboração, de um único **referencial curricular** que considere a BNCC e as demandas educacionais das redes envolvidas, explicitadas pelo diagnóstico;
- 3) Promover os ajustes legais necessários para facilitar o **regime de colaboração** na elaboração da política de alfabetização e em sua gestão;
- 4) Identificar, a partir da BNCC, a necessidade de promover **ajustes nas legislações locais** que tratam da pré-escola e do ciclo de alfabetização como um processo contínuo;

5) Estabelecer a governança do regime de colaboração, com o **comprometimento** dos Conselhos Estadual e Municipais de Educação, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), do sindicato dos estabelecimentos de ensino do Estado e de demais instituições afins. A definição de governança deve contemplar também o estabelecimento de papéis e responsabilidades das equipes alfabetizadoras e a previsão de quais serão os instrumentos ou estratégias de monitoramento sobre os resultados alcançados.

Componentes constituintes da política de alfabetização

Onde estamos

• Diagnóstico

Onde desejamos chegar

• Referencial curricular

Como garantir que estamos no caminho certo

• Gestão

Com quem caminhar

• Profissionais alfabetizados

Como sabermos se o resultado é positivo

• Monitoramento e Avaliação

Com quem construir o currículo para a alfabetização

A construção dos referenciais e currículos precisa engajar educadores das unidades escolares e da secretaria de Educação, pois além de serem os maiores conhecedores do contexto em que será adotado, são também os primeiros responsáveis por sua implantação e sucesso.

No caso das unidades escolares, é importante que os familiares e responsáveis pelos alunos conheçam o currículo proposto, e tenham clareza sobre o que seus filhos devem aprender ao longo do ano e entendam a importância de sua participação junto à equipe escolar. Cabe à escola, pela liderança do diretor, orientar as famílias sobre as formas mais adequadas de participação e engajá-las no processo.

Temos, então, dois momentos muito importantes **para a política de alfabetização se concretizar:**

Construção do referencial curricular pela rede de ensino, ou redes, no caso do regime de colaboração

Responsabilidade das secretarias de Educação
sob a liderança do secretário

Construção do currículo pela unidade escolar

Responsabilidade da escola sob
a liderança do diretor / gestor escolar

É importante que cada responsável indique um líder para os processos de construção, e defina seus integrantes. Para ajudar no processo, sugere-se algumas perguntas que encaminhem o trabalho, sempre com base no **diagnóstico situacional** e no conceito de **alfabetização integral**:

Buscar consenso sobre conceitos e expectativas:

1. Por que alfabetizar? Por que repensar continuamente as estratégias e o papel da alfabetização?
2. O que é ser alfabetizado? É só decifrar o sistema de escrita alfabética, ou incorporar esse conhecimento no cotidiano, de maneira eficaz e eficiente?
3. Qual o papel que ocupam as Áreas do Conhecimento no processo de alfabetização em Língua Portuguesa?
4. O que diz a BNCC em sua introdução e sobre o período de alfabetização?
5. Temos uma política de alfabetização? O que ela diz é compatível com a BNCC?
6. Uma vez definido o currículo, como sabemos se estamos no caminho certo, e se chegaremos aos resultados que queremos ao final de cada ano escolar?

Definir como se dará o **registro e a incorporação das contribuições no documento**, a começar pelo texto introdutório.

Apresentar e fazer a **consulta aos profissionais** da rede.

Sistematizar o resultado da consulta

à rede e incorporá-lo ao documento.

Publicar o currículo e divulgá-lo para a rede,

prevendo antecipadamente as ações necessárias para que seja entendido e incorporado pelas escolas.

Com destaque para a formação dos profissionais que serão responsáveis pela execução da política de alfabetização. Isso envolve:

- Perfil de professores e coordenadores pedagógicos nos campos técnico e pessoal
- Formação sobre avanços da Neurociência e de novas metodologias que permitam o uso de linguagens de outras áreas do conhecimento e ampliem a aquisição do uso do sistema de escrita alfabética, formas de observação e avaliação, disposição de alunos e materiais que favoreçam trabalhos individuais e em grupo, disponibilidade de materiais pedagógicos, entre outros.

Na unidade escolar é importante:

1. Garantir o envolvimento das comunidades intra e extraescolar na compreensão da importância do currículo
2. Consultar, sempre que necessário, outros atores fora da unidade para ampliar a concepção sobre alfabetização e as metodologias mais adequadas em função do diagnóstico situacional
3. Definir o perfil da equipe responsável pelo processo de alfabetização, apoiada por
 - a. Respeito ao tempo do coordenador pedagógico para a formação em serviço da equipe docente
 - b. Garantia de tempos e espaços nos horários semanais pedagógicos coletivos para que os educadores que atuam na alfabetização possam:
 - i. Ampliar seus conhecimentos teóricos e didáticos
 - ii. Elaborar coletivamente planos que superem as dificuldades detectadas dos alunos
- c. Formação em serviço para suprir demandas trazidas pelos professores e coordenador pedagógico
- d. Atribuição de aulas nas turmas de alfabetização para o professor experiente e comprometido com o tema
4. Se fazer presente junto aos professores, alunos e famílias
5. Garantir momentos de avaliação e análise dos resultados
6. Disponibilizar, dentro dos seus limites e atribuições, a infraestrutura necessária ao sucesso de todos os alunos
7. Demandar para a secretaria os itens que estão além da responsabilidade do diretor

Estes itens devem constar do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar.

A nova Política Nacional de Alfabetização

A [Política Nacional de Alfabetização \(PNA\)](#), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, traz propostas baseadas na ciência cognitiva da leitura, ramo da Psicologia Cognitiva que agrega conhecimentos da Neurociência para entender os processos de aprendizagem.

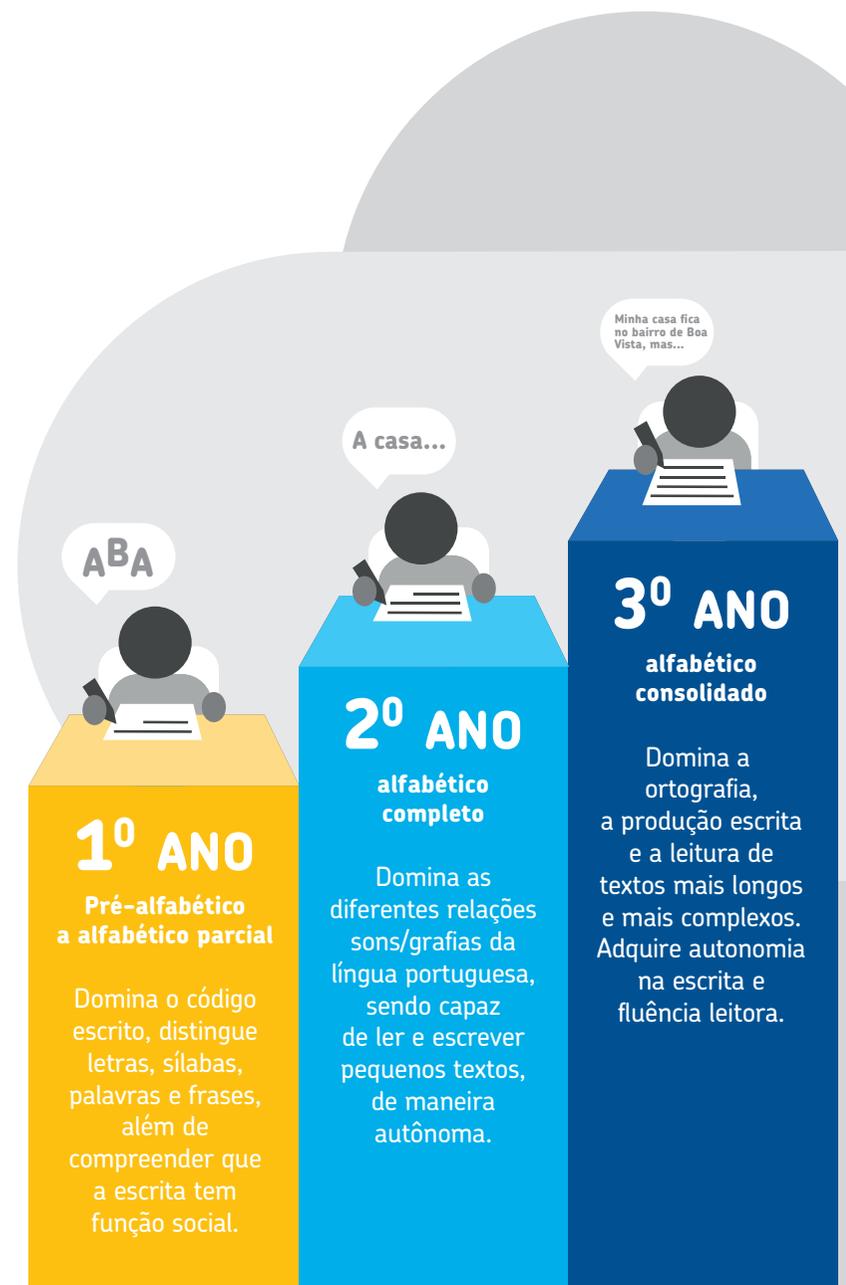
A PNA apresenta **seis componentes como essenciais para a alfabetização**: consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; fluência em leitura oral; desenvolvimento de vocabulário; compreensão de textos; e produção de escrita.

O documento também **prioriza a alfabetização no 1º ano**, o que requer uma atenção para o conceito de alfabetização que a nova política traz: leitura fluente e produção de escrita. Alunos ao final do 1º ano, em geral, não apresentam produção de escrita autônoma ou leitura fluente de textos. Esse é um ponto que merece uma atenção particular, já que o Plano Nacional de Educação fala em alfabetização até os 8 anos e a BNCC estipula até o 2º ano do Ensino Fundamental.

É importante lembrar que, embora haja prescrição de idade, cada criança tem seu ritmo de aprendizado e a alfabetização acontece pela aquisição de novas habilidades e a consolidação de outras. Não ocorre em etapas predeterminadas, espontâneas, nem tais etapas são claramente delimitáveis por um conjunto fixo de características. Alunos chegam ao 1º ano em patamares muito diferentes em relação ao conhecimento de leitura e escrita. Enquanto alguns já leem palavras, outros sabem escrever o próprio nome, outros conhecem letras e outros fazem rabiscos, quando solicitados a se manifestar por escrito. Muitas turmas de 2º ano também apresentam grande variação quando se trata de conhecimentos de escrita.

É importante destacar que o desnivelamento entre os estudantes não se restringe às habilidades relativas à língua materna, pois o mesmo também ocorre em matemática e outras áreas do conhecimento.

À parte a discussão sobre quando o aluno precisa ser alfabetizado, o professor deve ficar atento às habilidades esperadas para cada ano do chamado Ciclo de Alfabetização, em conformidade com o prescrito na BNCC.



Ao final do 1º ano: a compreensão do princípio alfabético

Ao final do 1º ano espera-se que o aluno já domine o código escrito, distinguindo letras, sílabas, palavras e frases, além de compreender que a escrita tem função social. A criança deve ser capaz de: 1) ler, em colaboração com colegas e com a ajuda do professor, diferentes textos previstos para essa fase escolar; 2) produzir textos simples de gêneros da vida cotidiana, como cantigas, quadrinhas, parlendas, trava-línguas, histórias, poemas, avisos, convites, receitas, recados, instruções de montagens, por exemplo.

Ao final do 2º ano: domínio das regularidades ortográficas

No 2º ano, os alunos devem avançar para o domínio das diferentes relações sons/grafias da língua portuguesa, sendo capaz de ler e de escrever pequenos textos, de maneira autônoma. Assim, no que diz respeito à leitura e produção escrita, o aluno deve ser capaz de: 1) ler e compreender textos de diferentes gêneros do cotidiano adequados à sua faixa etária; 2) planejar e produzir textos de gêneros do cotidiano, levando em conta a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto, em meio impresso ou digital; 3) escrever com maior segurança e ler textos destinados à sua faixa etária, silenciosamente ou em voz alta, com maior propriedade, fluência e compreensão.

Ao final do 3º ano: consolidação da alfabetização

O 3º ano é o momento de consolidar a alfabetização pelo domínio da ortografia, produção escrita e leitura de textos mais longos e mais complexos. A escola deve trabalhar de maneira regular e sistemática o processo de consolidação dos conhecimentos com o objetivo de construir o sistema de escrita para que a criança: 1) perceba a distinção entre o modo como se fala e o modo como se escreve; 2) desenvolva a fluência leitora, isto é a capacidade de ler e de compreender textos de gêneros diversos; 3) desenvolva autonomia na escrita para a produção de textos claros e coerentes por meio do uso consciente de recursos que garantam a identidade de cada gênero.

Vale lembrar o que a BNCC traz sobre o final desse ciclo:

(...) Esse processo básico (alfabetização) de construção do conhecimento das relações fonográfêmicas em uma língua específica, que pode se dar em dois anos é, no entanto, complementado por outro, bem longo, que podemos chamar de ortografização, que complementar o conhecimento da ortografia do português do Brasil. (BNCC, 2017)

É importante que as redes de ensino conheçam e entendam, além da BNCC, a Política Nacional de Alfabetização proposta pelo MEC, pois suas recomendações poderão também embasar a formulação de políticas públicas voltadas à alfabetização.



[Acesse o documento PNA](#)



DIFERENTES LINGUAGENS PARA A ALFABETIZAÇÃO PLENA

CAPÍTULO 7 | MÚLTIPLAS LINGUAGENS



MÚLTIPLAS LINGUAGENS

Diferentes linguagens para a alfabetização plena

Quando falamos de alfabetização integral estamos nos referindo a uma proposta de apropriação do sistema de escrita alfabético em conjunto com a integração das áreas de conhecimento a partir de múltiplas linguagens e com o desenvolvimento das competências socioemocionais. Essas linguagens, como a matemática, a científica, a digital, a corporal e a artística dão suporte para o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Múltiplas Linguagens

“Do ponto de vista da educação integral, alfabetizar não é só transmitir as regras da língua materna e da matemática, mas sim ensinar à criança as múltiplas linguagens requeridas pelo mundo real ao longo de sua vida.”

 [Clique para assistir ao vídeo](#)

Essa abordagem, que o Instituto Ayrton Senna dá o nome de **alfabetização 360°**, olha o estudante em todas as suas dimensões (intelectual, física e socioemocional). A proposta leva para a formação prática do professor uma matriz de competências socioemocionais, para que ele atue em sala de aula articulando práticas de educação integral ao processo de alfabetização.

[Saiba mais](#)



Foto: Diego Vilamarin

Andréa de Souza Rocha,
professora do 3º ano
da Escola Sebastião
Vayego de Carvalho,
Ribeirão Pires/SP

**A gente
forma alunos
para a vida,
para o mundo!**

“Não adianta hoje a gente falar que nós entramos na porta da nossa escola e as nossas questões emocionais ficam de fora. Então, como trabalhar esse socioemocional, como ensinar os alunos a trilhar o caminho sociedade e emoções? Durante as atividades integradoras, quando se formam os grupos, um é diferente do outro, um pensa diferente do outro. Nesse momento conversamos muito sobre o respeito: a opinião do outro não é a minha, mas ele necessita ser escutado e respeitado. O professor auxilia o aluno no conhecimento hoje, mas o aluno não vai ficar dentro da escola a vida inteira. A gente forma alunos para a vida, para o mundo.”

Múltiplas Linguagens

Adotamos o termo **linguagens** para expressar não só os usos sociais da escrita e da matemática, mas também de outras áreas do conhecimento como Ciências da Natureza, Ciências Humanas e da cultura digital. Essa posição está alinhada à BNCC, que em sua proposta de Competências Gerais da Educação Básica propõe:

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Fonte: BNCC, 2017.

Na era da Informação e da hiperconectividade, é essencial estar alfabetizado para ler e interpretar textos, imagens e sons em diferentes suportes.

Uma publicação na Internet, por exemplo, pode ter várias linguagens. Quando isso acontece, o conteúdo é caracterizado como **multimodal**, porque o seu sentido é resultado da combinação e articulação entre diferentes modalidades de linguagem (musical, verbal, gestual, imagética ou pictórica, por exemplo) ou diferentes sistemas semióticos que o constituem como parte significativa das comunicações (**semiótica** - estudo de signos e símbolos como diagramas, sinais, emblemas etc.). É por causa disso que a leitura desses conteúdos pode requerer que o sujeito mobilize linguagens diversas para compreender o seu sentido.

Podemos afirmar que no uso da linguagem oral também é fácil observar a multimodalidade da linguagem pelos gestos, olhares e movimentos corporais (componentes da **linguagem corporal**) que interferem na produção de sentidos do texto que está sendo produzido. Já na linguagem escrita, ela se manifesta por meio das imagens de palavras, do uso de cores, infográficos, imagens que podem entrar na composição dos textos, especialmente nos meios digitais (componentes da **linguagem artística**).

A **linguagem científica** traz novas palavras e símbolos que são incorporados pelos alunos ao desenvolverem atividades práticas de Ciências e fazerem o registro dos processos e resultados obtidos, o que gera significados ao processo de alfabetização ao mesmo tempo em que desperta competências como curiosidade, criatividade, leitura e interpretação do mundo, pensamento crítico e tomadas de decisão.

Possibilitar ao aluno do Ciclo de Alfabetização o contato com diferentes práticas do uso da leitura e da escrita, em diferentes meios, nos mais diversos textos e gêneros passam também por apoiá-lo a lidar com os meios de obtenção, produção e divulgação de informações de maneira ética e criteriosa, em especial os meios típicos do mundo digital, como as redes sociais (componentes da **linguagem digital**).

A seguir, detalhamos os conceitos e práticas para a articulação de cada uma dessas linguagens ao processo de alfabetização.

Linguagem científica



Na perspectiva da educação integral, o trabalho com a linguagem científica favorece a aproximação gradativa aos principais processos, práticas e procedimentos do pensamento científico, a fim de que crianças tenham um novo olhar sobre o mundo que as cerca. Ao mesmo tempo, é um caminho para fazer escolhas e intervenções pautadas nos princípios da sustentabilidade e do bem comum.

Quanto mais intensas forem as relações entre a alfabetização e o modelo de pensamento científico, maior será o enriquecimento para a formação integral e crítica da criança.

Linguagem científica

“O trabalho com a linguagem científica permite que o estudante aprenda a pensar, a tomar decisões, a fazer escolhas, a fazer relações entre causa e efeito. Tudo isso oportunizará que a criança esteja preparada para o mundo que ela encontrará daqui a alguns anos.”

Vera Cambrea, especialista em linguagem científica

 [Clique para assistir ao vídeo](#)

Conhecer a linguagem científica oferece condições para o engajamento das pessoas no debate em torno dos assuntos da vida cotidiana e para o desenvolvimento de opiniões sobre os efeitos das inovações científicas, tecnológicas e os eventuais riscos acarretados por seu uso.

A linguagem científica, desenvolvida de forma integrada à alfabetização, contribui para despertar e valorizar a curiosidade dos alunos e favorece uma nova leitura de mundo. Quando uma pergunta é levantada na sala de aula, a busca por uma resposta move o desenvolvimento cognitivo dos alunos pela ampliação do conhecimento científico, ao mesmo tempo que amplia seu vocabulário.

O desafio dos professores está em propiciar um ensino que desperte o gosto pela participação e o desejo de aprender.

Por meio de experimentos, muitas vezes de simples execução, ou sequências didáticas elaboradas com esta finalidade, é possível engajar os estudantes, apresentar as etapas do pensamento científico, envolvê-los na formulação de hipóteses para explicar um fenômeno ou solucionar um desafio, na testagem das hipóteses para confirmação ou refutação da “teoria” desenvolvida pelos alunos, na comunicação de resultados, entre outras etapas.

Linguagem corporal



As relações de todas as pessoas com o mundo são intermediadas por suas vivências corporais, inclusive na escolarização – por exemplo, o frio na barriga ao ser chamado pela professora para responder uma pergunta, o coração acelerado pela alegria de acertar uma resposta, o incômodo físico causado por frustrações etc. Aprender algo também passa, assim, por corporificar o sentido das experiências escolares e, por isso, para promover a educação integral é essencial reconhecer a presença da linguagem corporal em todo o processo formativo. Nesta ótica, a concepção de corpo representa a relação de cada sujeito com o mundo.

Linguagem corporal

“A linguagem corporal faz parte em todas as nossas práticas sociais. Desde o momento em que você aprende a falar e aponta objetos ela está presente. É muito imbrincado o desenvolvimento da linguagem corporal e da linguagem verbal.”

Isabel Filgueiras, especialista em linguagem corporal

 [Clique para assistir ao vídeo](#)

Nessa concepção, o corpo e o movimento, nas experiências de ensinar e aprender, devem ser explorados em vivências capazes de aguçar os cinco sentidos ao provocar novas sensações: sabor, cor, forma, cheiro, som, textura e movimento, envolvendo crianças e jovens na aprendizagem, de corpo inteiro.

Este entendimento apresenta dois grandes desafios para a escola do século 21. Por um lado, convida professores a “oxigenarem” suas práticas pedagógicas, suas metas de aprendizagem e também seus métodos de trabalho, a fim de explorarem, com intencionalidade, a linguagem corporal integrada às demais linguagens e aprendizagens escolares. Por outro, evoca a importância de garantir práticas que valorizem o acesso dos estudantes a aprendizagens específicas sobre a linguagem corporal, incluindo diferentes conteúdos da cultura corporal. Não se pode esquecer que a brincadeira livre com o corpo traz uma série de benefícios para o desenvolvimento humano e também precisa ser valorizada.

Linguagem digital



Uma das competências necessárias ao século 21 é a capacidade de lidar com as tecnologias de informação e comunicação. Isto significa não só utilizar e compreender como as tecnologias digitais funcionam, mas também ter a capacidade de criá-las. Mais que usar um software já existente com propósitos específicos, o ato de programar consiste em solucionar problemas – desde a realização de cálculos complexos à criação de jogos e animações –, utilizando o computador e sua capacidade de processamento de dados e informações como aliados.

O computador e o pensamento computacional, se utilizados apropriadamente, são terrenos férteis para o desenvolvimento da criatividade. O “pensamento computacional” pode ser entendido como uma estratégia para resolver desafios, explorando elementos como abstração e modularização do problema, análise de dados e informações e estruturação de passo a passo (algoritmos) para se chegar a uma solução.

Por tudo isso, o trabalho intencional com a linguagem digital leva ao aprimoramento do raciocínio lógico e desenvolve um conjunto de práticas aplicáveis não só em problemas da computação, mas também de outras áreas. Além disso, a BNCC traz o conceito de pensamento computacional associado à Matemática como estratégia para “traduzir” situações-problema da língua materna a outros formatos que podem ser entendidos por sistemas digitais.

Linguagem digital

“A tecnologia na educação ajuda a aprendizagem a ser mais prazerosa, mais criativa. O estudante deve aprender a navegar por caminhos onde ele possa avançar com sua criatividade, aprender sem ter um limite.”

Elaine Rocha, especialista em linguagem digital



[Clique para assistir ao vídeo](#)

Nesse sentido, a prática da programação se mostra como uma interessante estratégia de engajamento ao aluno do século 21, por meio da criação de artefatos digitais contextualizados ao seu cotidiano, para o desenvolvimento das diferentes competências. Importante ressaltar que o ensino do pensamento computacional não consiste na simples formação de profissionais para áreas relacionadas à computação. Apesar de ser também uma porta de entrada para elas, a capacidade de solucionar problemas de forma eficiente e estruturada possui impacto em diversas esferas da vida do estudante.

Linguagem matemática



Durante bastante tempo, tomou-se como base que aprender Matemática significava dominar uma linguagem repleta de símbolos e suas regras de uso ou, então, realizar as operações, aplicando-as em situações diversas. Ou seja, aprender a disciplina era ter domínio de técnicas numéricas e algébricas.

Mas a Matemática ampliou seu caráter instrumental e aplicado e disponibilizou características e linguagem próprias de pensar, investigar e descrever a realidade, para colaborar com as demais áreas do conhecimento.

Linguagem matemática

“A matemática deve ser ferramenta para entender o mundo e as outras linguagens. Ela deve ter significado para as crianças. É muito mais do que fazer um cálculo ou resolver problemas, mas utilizar o raciocínio matemático para poder atuar no mundo.”

Edda Curi, especialista em linguagem matemática



[Clique para assistir ao vídeo](#)

A BNCC orienta-se pelo pressuposto de que a aprendizagem em Matemática está intrinsecamente relacionada à compreensão, ou seja, à apreensão de significados dos objetos matemáticos, sem deixar de lado suas aplicações. Pode-se apoiar os estudantes a identificar as diversas oportunidades de utilização da Matemática na resolução de problemas, usando conceitos, procedimentos e resultados para obter soluções, além de interpretá-las.

Nessa visão, ela instrumentaliza o indivíduo para que possa ler e interpretar a realidade e desenvolver habilidades e competências cognitivas e socioemocionais. Pode, inclusive, contribuir para desafios específicos das fases de alfabetização, que exige dos estudantes:

- RESOLVER PROBLEMAS
- REALIZAR PROJETOS
- PLANEJAR AÇÕES
- TOMAR DECISÕES

Isso acarreta consequências para o ensino, já que as aulas de Matemática devem desenvolver não apenas os procedimentos e conceitos específicos, como também privilegiar estratégias didáticas que incentivem o aluno a buscar informações, estabelecer possibilidades, testar hipóteses, tomar decisões, construir argumentações, dentre outras habilidades de pensamento.

Nessa concepção, cabe à escola promover situações de ensino e aprendizagem em Matemática, para que o estudante tenha clareza do papel da disciplina na sua vida, bem como no desenvolvimento social, científico e tecnológico da humanidade.

Linguagem artística



O ensino da arte é considerado um dos caminhos para estabelecer o desenvolvimento da sensibilidade, da percepção e da criatividade; é também a oportunidade para os alunos vivenciarem, identificarem e incorporarem valores. A partir da visão de educação integral, a arte contribui para que os alunos tenham interesse por aspectos essenciais da vida, sendo capazes de captar, relacionar e significar informações do mundo à sua volta.

Linguagem artística

“Nós somos por natureza perguntadores, questionadores, exploradores. Na verdade, nós buscamos uma alfabetização permanente. A linguagem artística é a nuclear forma de procurar essa decifração do mundo.”

Hélio Braga, especialista em linguagem artística



Clique para assistir ao vídeo

Na BNCC, o componente curricular Arte está ligado às linguagens: artes visuais, dança, música e teatro, e deve contribuir para a interação do estudante com o mundo, favorecendo o respeito às diferenças e a troca entre diversas culturas.

O ciclo de alfabetização deve levar em consideração a transição dos alunos que vivenciaram os campos de experiência da Educação Infantil, dando continuidade em atividades de interações, jogos e brincadeiras. Para isso, é muito importante incentivar experiências de expressão criativa, de ludicidade e de vivências artísticas centradas nos interesses das crianças.

Articulação com o socioemocional

Como já mencionado neste guia, a perspectiva da educação integral tem como componente essencial a promoção do **desenvolvimento socioemocional** de forma articulada com o desenvolvimento cognitivo.

No Ciclo da Alfabetização, isso significa que é preciso identificar boas oportunidades para inserir as competências socioemocionais no próprio escopo do planejamento do ensino e de planos de aulas, abrindo espaço para explicitar aos estudantes o que são essas competências, como elas se manifestam

e como toda criança pode desenvolvê-las com apoio do educador. O uso de atividades que trabalham intencionalmente as competências socioemocionais, como foi demonstrado no capítulo 2, é um dos caminhos para isso. Estratégias pedagógicas como acolhimento, escuta ativa e demonstração de expectativa positiva para todo estudante são também boas escolhas para apoiar esse desenvolvimento.

Não se trata, no entanto, de construir “aulas socioemocionais”, nem de inserir, entre as disciplinas, momentos de mera exposição desses conceitos. É, antes de tudo, um convite para educadores integrarem essa dimensão ao conjunto amplo de vivências que proporciona ao estudante e suas turmas a partir do currículo. Quando feita com intencionalidade pedagógica e de forma consciente pelo professor, essa articulação é um caminho potente para o estudante se autoconhecer, desenvolver suas habilidades para lidar com as próprias emoções, com as outras pessoas e com o mundo ao redor. Como foi visto neste capítulo, todas as linguagens apresentadas possuem forte conexão com o desenvolvimento dessas competências, e são, portanto, terreno fértil para esse trabalho.

Saiba mais em [SOCIOEMOCIONAIS](#)

PROCESSOS FORMATIVOS PARA UMA ALFABETIZAÇÃO EFICAZ

CAPÍTULO 8 | PROCESSOS FORMATIVOS



PROCESSOS FORMATIVOS

Processos formativos para uma alfabetização eficaz

Uma das estratégias essenciais para garantir uma alfabetização eficaz é a formação dos atores-chave desse processo: professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos. Esses profissionais, em função do alcance social de seu trabalho, devem ter suas carreiras valorizadas, além de oportunidades de aprofundar seus conhecimentos teóricos, ampliar o domínio de estratégias metodológicas e, principalmente, desenvolver habilidades socioemocionais para superar as mais diversas situações que surgem em sua prática docente.

No processo de alfabetização, o professor tem o papel de mediador para estimular nas crianças o gosto por aprender, e pode se valer do conhecimento sobre **múltiplas linguagens** para auxiliar nesse aprendizado na perspectiva da integração das áreas de conhecimento.

Em princípio, a formação acadêmica inicial do alfabetizador deveria construir um repertório de conhecimentos suficiente e consistente para essa atuação de maneira eficaz.

Saiba mais em [MÚLTIPLAS LINGUAGENS](#)

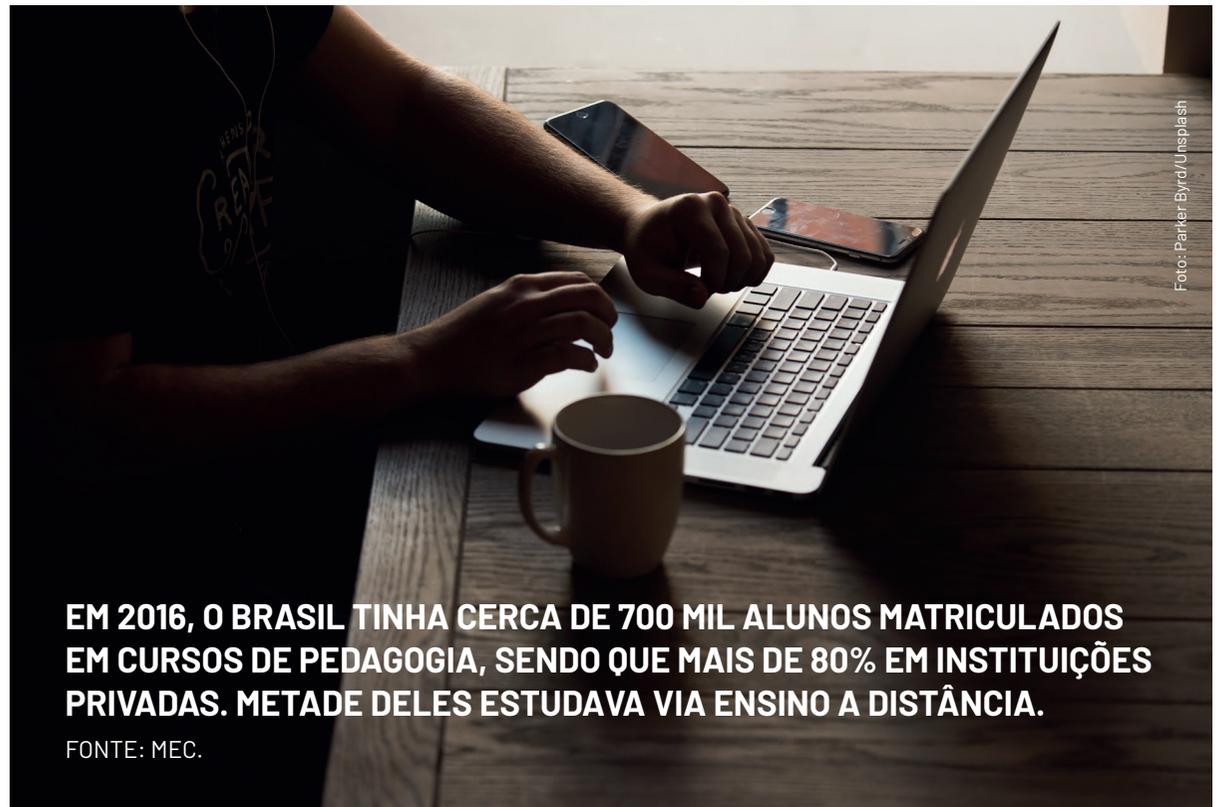


Foto: Parker Byrd/Unsplash

EM 2016, O BRASIL TINHA CERCA DE 700 MIL ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE PEDAGOGIA, SENDO QUE MAIS DE 80% EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS. METADE DELES ESTUDAVA VIA ENSINO A DISTÂNCIA.

FONTE: MEC.

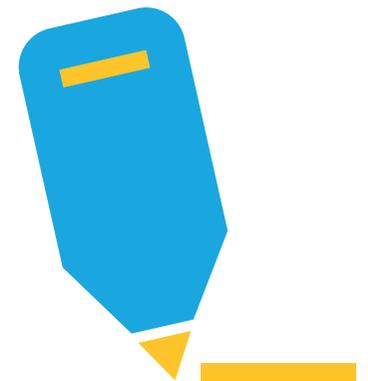
No entanto, há estudos que apontam a falta de priorização do tema alfabetização nos cursos de formação de professores, apenas uma disciplina teórica entre tantas que ocupam 2.800 horas do total de 3.200 horas distribuídas por quatro anos letivos, em geral. As 300 horas dedicadas ao estágio supervisionado, apesar de serem direcionadas preferencialmente para a docência compartilhada na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, muitas vezes não oferecem esse momento de aproximação com a realidade escolar e as possibilidades de aprendizagem práticas.

Dessa forma podemos dizer que os futuros professores não são preparados, em sua formação inicial, para assumirem turmas de alfabetização, uma vez que têm conhecimento teórico de métodos, mas lhes falta repertório prático e, em grande parte, também conhecimentos sobre os avanços da Neurociência e da importância das competências socioemocionais para o desenvolvimento integral de crianças e jovens. E não custa enfatizar o quanto a prática do professor é determinante para seu sucesso como alfabetizador.

Essa fragilidade na formação do futuro alfabetizador — apontada por muitos pesquisadores como uma lacuna que impacta negativamente na prática docente —, precisa ser considerada e endereçada na **formação continuada ou em serviço** promovida pelas redes de ensino — e essa é uma das bandeiras do Instituto Ayrton Senna: **ampliar a competência dos educadores para o exercício profissional no trabalho pedagógico e na gestão do processo educacional**.

É muito importante que os sistemas de ensino articulem os processos de formação continuada com sua política educacional, mantendo unidade e direcionamento aos programas e cursos para que, de fato, fortaleçam o conhecimento e o trabalho da equipe docente. O que se espera dos gestores educacionais é um maior entendimento de que as políticas de incentivo ao desenvolvimento profissional docente exigem, primeiramente, a identificação do problema a ser enfrentado pela rede.

Uma vez identificado o foco da política, entra em cena o compromisso com as mudanças estruturais que eventualmente venham a ser necessárias, e que requerem vontade política. Muitas redes de ensino canalizam recursos para a formação em serviço ou continuada com foco na prática da alfabetização, mas muitas vezes enfrentam tanto o desafio de garantir acesso universal aos cursos, quanto de atender às diferenças individuais dos profissionais e de suas comunidades, elemento caro ao princípio da equidade.



Aprendendo com quem já faz

Escalando a formação – a experiência do Instituto Ayrton Senna

Conhecido como “Formação em Cascata”, o percurso formativo da [proposta de política de alfabetização](#), que o Instituto Ayrton Senna implementa em algumas de suas parcerias, inicia-se com a capacitação presencial de coordenadores pedagógicos e equipes de formadores das secretarias de Educação, que por sua vez tornam-se multiplicadores do conhecimento (apropriação de conceitos, metodologias, práticas e gestão) junto aos professores alfabetizadores das redes de ensino.

O processo de planejamento das formações segue um sistema bem organizado e articulado, com definição de modalidades, cronogramas, carga horária e logística para abranger todos os profissionais das escolas da rede de ensino que serão os multiplicadores das formações.

No início do ano letivo, a primeira formação de educadores aborda pressupostos e dinâmicas da proposta, incluindo o conceito de educação integral, o trabalho com competências socioemocionais e questões práticas de gestão da aprendizagem, do ensino, da rotina escola e da política educacional.

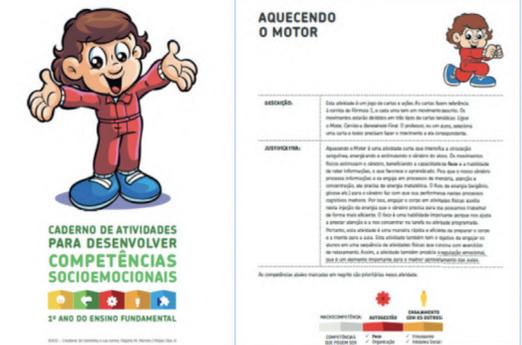
No decorrer do ano letivo, a formação continuada de educadores e o fortalecimento das lideranças acontecem por meio de estratégias específicas:

Secretaria de Educação – implementação do Comitê Gestor, que funciona como um fórum mensal de governança para diferentes áreas da secretaria da Educação, com maior presença das diretorias pedagógica e de gestão, além do secretário e assessores. O objetivo é analisar resultados e estabelecer ajustes para atingir as metas dos indicadores de acompanhamento da alfabetização.

Escola – a formação em serviço dos gestores escolares é efetivada por visitas regulares às escolas por profissionais das secretarias de Educação, que analisam alguns indicadores de acompanhamento da aprendizagem e de processos para identificar ameaças e adotar medidas de intervenção para superá-las. Ao longo do ano, a formação continuada contempla também uma série de encontros presenciais para reflexões e estudos sobre temas atuais de educação.

Saiba mais sobre [Alfabetização 360°](#)

Sala de aula – além da primeira formação no início do projeto, os professores alfabetizadores são acompanhados ao longo do ano pelos coordenadores pedagógicos para o trabalho com a proposta de alfabetização, que inclui cadernos formativos, orientações de atividades e estratégias didáticas.



Modelo do caderno para desenvolver atividades de competências socioemocionais em sala de aula

Comunidade de práticas – como estratégia formativa, outro recurso disponibilizado aos educadores é uma plataforma online, intermediada por especialistas de diferentes linguagens, que tiram dúvidas de práticas pedagógicas e disponibilizam materiais para estudos e reflexões sobre como criar e manter um ambiente alfabetizador em sala de aula.

A experiência de Sobral/CE

O município de Sobral/CE lidera o ranking de melhor Ideb 2017 do Brasil (9,1 contra média de 5,5 do Brasil) e apresenta os melhores índices de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental (83% de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental proficientes em leitura contra 45% da média Brasil – ANA 2016). Esses resultados foram construídos ao longo do tempo, em um processo que aliou fortalecimento da gestão escolar e de ações pedagógicas com foco, principalmente, na alfabetização. O Instituto Ayrton Senna começou uma parceria com Sobral em 1997, quando levou para a rede municipal programas de correção de fluxo e uma cultura de gestão que deram a base para outras iniciativas do próprio município, tornando-o um exemplo em educação.

Em 2001, a prefeitura implementou um programa de formação em serviço que culminou com a criação da Escola de Formação Permanente do Magistério.

Aspectos da política educacional que influenciaram os resultados em Sobral, segundo um estudo do Centro de Políticas Públicas do Insper:

<p>1 Responsabilidade pelas creches passou da Secretaria do Bem-Estar Social para a Secretaria de Educação</p>	<p>2 Gestão municipal concentrou esforços nos anos iniciais do Ensino Fundamental</p>	<p>3 Estruturação da formação continuada de educadores e gestores</p>
<p>4 Seleção de diretores escolares e coordenadores por critérios técnicos</p>	<p>5 Investimento em infraestrutura das escolas</p>	<p>6 Autonomia dos gestores escolares acompanhada de accountability</p>
<p>7 Nucleação das escolas rurais, diminuindo a dispersão espacial e as classes multisseriadas</p>	<p>8 Sistema próprio de avaliação, com monitoramento de indicadores de gestão e do desempenho de todas as turmas</p>	<p>9 Institucionalização da política educacional para garantir continuidade</p>

Para saber mais faça o download do documento [“Avaliando o impacto das políticas de Sobral”](#)

Formação continuada da equipe alfabetizadora

Para que os professores alfabetizadores avancem significativamente no desenvolvimento profissional, é preciso intensificar a análise crítica das práticas docentes e seu impacto no aprendizado dos alunos. A partir dessa reflexão, é importante investir, dentro do processo de formação continuada, na recuperação de conteúdos e habilidades básicas que não chegaram a ser desenvolvidas pelo corpo docente durante sua formação inicial, bem como na atualização de estratégias que darão suporte para enfrentar desafios do processo ensino-aprendizagem.

Isso inclui conhecer metodologias inovadoras e informações científicas sobre o funcionamento do cérebro durante a leitura, [proporcionadas pelos novos estudos das neurociências](#), assim como sobre o desenvolvimento de competências socioemocionais, que comprovadamente são tão importantes para a obtenção de bons resultados na escola quanto as habilidades cognitivas.

O coordenador pedagógico será aquele que contribui com a busca e seleção de estratégias e metodologias eficazes para o desenvolvimento do trabalho de

alfabetização na escola, refletindo e socializando com os professores com vistas à sua incorporação ao projeto político pedagógico da escola e à prática dos alfabetizadores.

Cabe ao coordenador pedagógico o protagonismo desse processo, o que implica em:

- Fazer a gestão do processo de ensino e aprendizagem da escola
- Oferecer condições para que os professores trabalhem coletivamente as propostas curriculares, em função de sua realidade, compartilhando conhecimento, trocando experiências e encontrando soluções para as dificuldades levantadas
- Apoiar a equipe escolar no planejamento e na execução de atividades que exploram as possibilidades da interdisciplinaridade e das múltiplas linguagens com foco na aquisição e desenvolvimento de habilidades para o domínio da Língua Portuguesa e da Matemática.

- Estimular o pensamento crítico, a abertura ao novo, a criatividade/ inovação como condições fundamentais para que a escola se constitua não apenas em ambiente de concretização do currículo, mas também como espaço aberto às mudanças curriculares necessárias e desejadas pelos professores, para cumprirem seus objetivos educacionais.

- Contribuir com a organização das rotinas pedagógicas, de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos adotados e às necessidades de ensino e aprendizagem da escola. A observação em sala de aula é uma das estratégias que mais fornece dados para a atuação do coordenador na formação dos professores.

Saiba mais em [SOCIOEMOCIONAIS](#) e [NEUROCIÊNCIA](#)

O plano de formação continuada em serviço terá maior chance de sucesso quando:

- O planejamento do ensino e a abordagem metodológica estiverem em sintonia com as necessidades de aprendizagem dos alunos, identificadas por meio de diagnóstico do nível de alfabetização aplicado no início do ano letivo.
- O desempenho de cada aluno for sistematicamente acompanhado ao longo de todo o ano letivo, seja por meio das tarefas realizadas em casa, seja pela participação nos trabalhos em sala de aula e, o que é importante, sejam feitos registros das observações em instrumentos de monitoramento que devem orientar as intervenções mais adequadas às dificuldades identificadas.
- O conteúdo a ser abordado na formação estiver alinhado ao conceito e à proposta de alfabetização prescrita no currículo escolar, e espelhar a orientação da BNCC no tocante à educação integral e aos conteúdos e habilidades afeitas à alfabetização.

O professor alfabetizador

A atuação do professor alfabetizador tem um impacto direto na aprendizagem e no desempenho dos alunos, e a depender de como desenvolve seu trabalho, pode prejudicar a autoestima das crianças ou fazer com que ela acredite em seu potencial, o que contribui para a aprendizagem. O perfil do alfabetizador pede alguém com sensibilidade e discernimento para identificar dificuldades de aprendizagem, compreender as reações socioemocionais e refletir sobre o que fazer.

Portanto, é fundamental que a secretaria da Educação, em sua política de alfabetização, estabeleça normas para que as turmas dos primeiros anos do Ensino Fundamental tenham docentes cujo perfil inclua experiências de sucesso como alfabetizadores. Mais importante ainda é criar condições para que haja

uma espécie de profissionalização da alfabetização, de forma a permitir a manutenção do professor alfabetizador nas unidades escolares e nos quadros da secretaria da Educação, como uma equipe cada vez mais permanente, preparada técnica e emocionalmente para encontrar caminhos alternativos focados na demanda da rede.

No processo de seleção de um professor alfabetizador, é possível considerar aspectos importantes para o estabelecimento de um trabalho de qualidade, tanto em relação a habilidades socioemocionais como no que se refere a aspectos de didática, planejamento, ambiente de aprendizagem e profissionalismo. Veja exemplos desses aspectos a seguir:

Competências técnicas

- Experiência de dois anos, no mínimo, como docente em classes do Ciclo de Alfabetização
- Participação em cursos de alfabetização sobre teorias, métodos e metodologias afins
- Conhecimento sobre os avanços da ciência no tema alfabetização
- Habilidades de gestão da sala de aula: planejamento que se valha das diversas áreas do conhecimento como vias para a alfabetização, observação e registro do desempenho dos alunos, utilização de estratégias de ensino diversas que possam atender às diferenças individuais dos alunos
- Comunicação fluente, verbal e escrita
- Flexibilidade para atendimento às diferenças individuais dos alunos

Competências socioemocionais

- Acreditar que todo aluno pode ser alfabetizado
- Gostar de trabalhar com crianças na fase de alfabetização
- Querer conhecer novas propostas e possibilidades de trabalho, ou seja, não ter medo do novo
- Ser observador para captar o avanço e a dificuldade do aluno
- Ser organizado
- Ser comprometido (pontual e frequente)
- Ser criativo para superar imprevistos
- Gostar de ler e escrever
- Ter bom relacionamento com os diversos atores do processo de aprendizagem (trabalhar em equipe)
- Ser dinâmico, criativo e questionador



GESTÃO DOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO

CAPÍTULO 9 | GESTÃO PEDAGÓGICA



GESTÃO PEDAGÓGICA

Gestão dos processos de alfabetização

Não há uma única definição para o termo “gestão” que seja universalmente aceita e igualmente compreendida. Geralmente, os conceitos refletem diferentes abordagens e pontos de vista, e podem se destinar a propósitos variados. Nesta realidade múltipla, o Instituto Ayrton Senna adota a seguinte definição:

Gestão é a articulação de conhecimentos e de recursos humanos, materiais e financeiros com foco em resultados.

É uma definição aparentemente simples, mas que reúne aspectos importantes e fundamentais para toda e qualquer ação que tenha como objetivo realizar uma gestão eficiente e em prol do desenvolvimento humano.

Para realizar esta articulação, todo gestor precisa construir um processo que contemple as seguintes ações:

1	Conhecer a realidade sobre a qual irá atuar.
2	Planejar a ação, com objetivos e diretrizes detalhados.
3	Acompanhar a execução, certificando-se que metodologias e práticas estejam sendo bem empregadas.
4	Avaliar o processo, para torná-lo sempre melhor.

No campo educacional, o conceito de **gestão comporta, necessariamente, duas dimensões (a dos sistemas/redes/Secretarias e a da escola) e quatro âmbitos (aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional)**. Daí a importância de se agregar processos gestores em todos os âmbitos, isto é, integrar a gestão ao fazer de cada profissional da educação.

Na elaboração de uma política de alfabetização, alguns pontos são necessários para a reflexão sobre como construir uma gestão eficiente, em todos os âmbitos:

NA SECRETARIA

- Unidade conceitual sobre o que vem a ser uma criança alfabetizada: é preciso ter clareza sobre as habilidades previstas para serem desenvolvidas até o final de cada ano do Ciclo de Alfabetização.
- Equipes formadas por profissionais com competência técnica em alfabetização e atualizada nos avanços da Neurociência com foco na educação, recebendo oportunidades contínuas de novas formações, inclusive em serviço.
- Instrumentos de avaliação para diagnosticar e acompanhar o processo de alfabetização de todos os estudantes.
- Reuniões sistemáticas com a presença das equipes para análises situacionais, definições de ações e planejamento da intervenção no campo da alfabetização.
- Disponibilidade de infraestrutura adequada nas escolas.
- Calendário escolar com garantia das horas letivas legais.

NA ESCOLA

- Proposta pedagógica explícita com o conceito de aluno plenamente alfabetizado.
- Coordenador pedagógico assíduo e com competência técnica para apoiar os professores alfabetizadores.
- Equipe de professores com conhecimentos específicos em alfabetização, teóricos e práticos.
- Reuniões coletivas e sistemáticas dos professores alfabetizadores com a presença do coordenador pedagógico para análise do desenvolvimento dos alunos.
- Instrumentos de registro individual da aquisição das competências pelos alunos.
- Instrumentos de avaliação para aplicação ao longo do ano.
- Acompanhamento da frequência do professor, inclusive às reuniões pedagógicas.
- Cumprimento do calendário escolar/horas de aula.

NA SALA DE AULA

- Professor com clareza sobre o conceito de aluno alfabetizado na perspectiva da educação integral, para cada um dos anos do Ciclo de Alfabetização.
- Profissional conhecedor da diversidade de conceitos, teorias de aprendizagem, metodologias e materiais com foco na alfabetização integral.
- Ambiente alfabetizador com disponibilidade de recursos como livros, jogos etc.
- Registro da presença e participação do aluno.
- Aluno e família acolhidos e acreditados.

Em todos esses âmbitos, portanto, o processo gestor é um forte apoio para o alcance da alfabetização integral e de qualidade para todos. São ações de gestão, por exemplo, que identificam a melhor maneira de atender à individualidade das crianças, com suas diversas formas de aprender. Isso acontece porque, apesar de haver um padrão esperado de desenvolvimento para estudantes de cada ano do Ciclo de Alfabetização, não pode haver um único modo de ensinar, e o corpo docente e pedagógico de escolas e secretarias de Educação precisam ter um repertório variado para dar conta dessas diferenças com sucesso.

A gestão pode apoiar na identificação das melhores metodologias para atuar na diversidade, inclusive com atividades que exijam outros recursos humanos e horários para além do período escolar, com demandas estruturais.



Como fazer isso: metodologias orientadoras

Quando falamos em diversas formas e tempos de aprender, queremos dizer que é preciso identificar em que nível de alfabetização cada estudante está. Se um professor acompanha cinco crianças que não estão com aprendizado esperado para uma turma, elas devem receber um olhar individualizado. O professor precisa de estratégias para trabalhar tanto em nível coletivo quanto individual de cada grupo, escolhendo diferentes metodologias de trabalho que valorizam os saberes e potencialidades apresentados pelos estudantes e os diferentes ritmos de aprender.

O Instituto Ayrton Senna sugere algumas metodologias que estão estruturadas para se articularem com as áreas de conhecimento e levam em consideração os direitos e objetivos de aprendizagem previstos na BNCC para o Ciclo de Alfabetização. A seguir, apresentamos algumas informações básicas sobre essas metodologias, que não são o único caminho para realizar a gestão dos processos de alfabetização, mas podem se tornar aliados importantes daqueles que desejam realizar um trabalho neste sentido.

Diagnóstico da alfabetização

Conhecer o aluno significa reunir informações sobre seu estágio de desenvolvimento e nível de aprendizagem. Somente dessa forma será possível planejar o trabalho pedagógico com foco no desenvolvimento de habilidades que devem ser conquistadas no Ciclo de Alfabetização.

É importante ter um “retrato”, logo no início do ano, de como chegam à sala de aula os alunos, em especial do 2º e 3º ano. Para tanto, o Instituto Ayrton Senna recomenda a realização de um teste diagnóstico, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, para **identificar o nível de alfabetização de cada um dos estudantes**.

Momentos mensais de registro da evolução das competências esperadas, aplicação de um instrumento formal de avaliação no meio do ano e a reaplicação do teste diagnóstico ao final do ano letivo também são estratégias importantes de uma sistemática de acompanhamento, que possibilite planejar, replanejar, buscar soluções e alternativas para fortalecer a prática pedagógica em sala de aula.

Isso pressupõe uma estrutura de planejamento articulada entre Secretaria de Educação, dando apoio aos processos de acompanhamento, e as escolas, garantindo o registro dos indicadores. Cada sistema de ensino, cada escola, cada professor pode adotar uma proposta que mais se adeque à sua realidade, desde que se observe o que se quer avaliar e em que contexto.



A **avaliação** é uma ferramenta privilegiada para auxiliar tanto a secretaria da Educação em seu plano de ação, quanto os coordenadores pedagógicos e professores na elaboração do planejamento das aulas, a partir do nível de alfabetização em que os estudantes se encontram. É importante destacar que sua função é a de diagnosticar o desenvolvimento da aprendizagem para apoiar o processo formativo, e não a de emitir notas ou conceitos para classificar estudantes.

• Veja mais em [AVALIAÇÃO](#)

Planejamento e rotina da sala de aula

O **planejamento escolar** deve levar em conta o desenvolvimento de todos os alunos, com propostas de trabalho que atendam às diferenças de níveis de alfabetização. Quando realizado coletivamente pelos professores, e com apoio do coordenador pedagógico, o planejamento favorece uma discussão sobre quais atividades inovadoras podem ser realizadas, quais alunos precisam de que tipo de ajuda, qual a melhor forma de organizar a rotina da aula, dentre outros aspectos.

A **rotina da sala de aula** garante uma previsibilidade quanto à duração de cada momento de estudo e de vivência, facilitando inclusive a participação dos alunos. Como sugestão para o Ciclo de Alfabetização, o primeiro momento é a **acolhida**, quando o professor recebe com entusiasmo seus alunos, compartilha com os estudantes a agenda do dia e registra propostas de atividades que serão realizadas ao longo do período; a **roda de leitura** é outro momento importante, quando todos os alunos escolhem um texto para ler, com apoio do professor para aqueles que ainda não dominam a leitura, em seguida compartilhando impressões sobre o que foi lido.

O planejamento da rotina de aula deve articular a gestão do processo de alfabetização à gestão da classe e se traduz na criação de situações didáticas desafiadoras, incluindo o trabalho com as **múltiplas linguagens**, assim como de momentos-chave para o trabalho com as **competências socioemocionais**.

Veja mais em [SOCIOEMOCIONAIS](#)

Veja mais em [MÚLTIPLAS LINGUAGENS](#)

Outra estratégia importante da rotina de sala de aula é a tarefa que o professor passa para os alunos fazerem em casa, tanto para motivar a participação da família no aprendizado de seus filhos quanto para desenvolver nas crianças competências como responsabilidade e autonomia. É importante que o professor, ao identificar os diferentes níveis de desenvolvimento dos alunos, planeje as **lições de casa** por grupos, para que recebam tarefas diferenciadas, de acordo com suas possibilidades ou necessidades.

Agrupamentos flexíveis

Planejar e construir uma rotina para o desenvolvimento de todos os estudantes, no tempo e espaços disponíveis, com propostas de trabalho que atendam às diferenças identificadas, é um desafio. Por isso, o planejamento também deve prever momentos em que os alunos estejam agrupados em tarefas diferentes.

O **agrupamento flexível** é uma estratégia organizativa e curricular para favorecer um ensino direcionado às necessidades de aprendizagem dos alunos por meio de melhores condições de realização das atividades. A organização do agrupamento deve sempre partir do diagnóstico dos estudantes, seja por meio de aplicação de avaliação ou pela observação diária e criteriosa do professor.

Ao contar com a organização de agrupamentos, o professor pode decidir em quais momentos irá utilizar essa estratégia, ou seja, sua turma não precisa estar dividida em todos os tempos da rotina, nem em todos os dias da semana. Os diferentes momentos com agrupamentos flexíveis podem servir aos objetivos do professor de forma didática.

Por exemplo, com uma mesma atividade para todos os alunos, mas níveis de complexidade diferentes para cada agrupamento, ou momentos em que os trabalhos são diversificados para cada grupo. À medida que a turma avança, e dependendo da atividade, os agrupamentos sofrem alterações.

A metodologia é totalmente compatível com o trabalho cotidiano da escola. Pode ser organizada para uma turma ou para todos os alunos de um mesmo ano. Quer dizer, pode-se identificar alunos com o mesmo nível de dificuldades (exemplo: não escrever alfabeticamente), dentro de cada sala do 2º ou do 3º ano, ou pode-se fazer isso com um grupo formado por todas as turmas do 3º ano, por exemplo, exigindo um trabalho em equipe, coordenado à rotina das salas envolvidas.

Esta estratégia também potencializa a **aprendizagem colaborativa** pelos alunos, que interagem, trocam informações, discutem, formulam suposições e aprendem. O mesmo pode acontecer entre os professores e equipe pedagógica, que passam a ter oportunidades para planejamento conjunto e compartilhamento de percepções sobre o desenvolvimento

dos estudantes. Para ser efetivado na rotina escolar, o trabalho com agrupamentos flexíveis pode se beneficiar da introdução de um professor de apoio e a criação de materiais complementares para atividades integradoras das diversas áreas do conhecimento.

Presença de professor de apoio

Na busca do equilíbrio necessário entre o desenvolvimento das tarefas coletivas e atenção mais individualizada de acordo com os diferentes ritmos de aprendizagem de cada estudante, a presença de um professor de apoio vem otimizar a rotina da sala de aula, liberando o professor regente para o trabalho com alunos com mais dificuldades. Esse trabalho em parceria permite a construção de itinerários formativos mais para toda a turma, nem desafiador demais para os estudantes que estão em níveis mais iniciais, nem tedioso para aqueles que já avançaram no percurso e na aquisição de habilidades.

Para efetivar essa proposta, a rede de ensino pode usar os recursos humanos disponíveis (coordenador pedagógico ou outro professor), ou também fechar parcerias com instituições de ensino superior para contratação de estagiários de licenciaturas ou pedagogia.

Atividades integradoras

É muito importante inserir no planejamento das aulas o uso de atividades integradoras das áreas do conhecimento, como **projetos de ensino, sequências didáticas, atividades socioemocionais ou jogos e brincadeiras com objetivos pedagógicos**, na medida em que apoiam os alunos em seu processo de alfabetização, mas tendo como base os conhecimentos de todas as áreas. Essas atividades devem ser organizadas a partir de situações-problemas que levem os alunos a avançar, questionando-os e os desafiando.

A exploração dessas atividades deve ser contextualizada, ou seja, deixar clara a articulação entre os conhecimentos mobilizados e as demandas concretas da vida dos estudantes. Os encaminhamentos também devem prever a criação de um contexto favorável à aprendizagem de todos, levando em consideração o nível de alfabetização dos estudantes.

Esses tipos de atividades têm o mérito de ampliar o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

Característica do projeto de ensino:

- **Problematização** – o projeto deve ser originado em algum problema a ser resolvido ou de uma necessidade ou desejo que, para ser concretizado, demanda engajamento do grupo.
- **Ação** – as atividades devem constituir ações que levam a transformações individuais e coletivas.
- **Experiência** – os conhecimentos prévios dos alunos devem ser mobilizados para a realização das atividades e para subsidiar as novas aprendizagens.
- **Pesquisa** – as etapas da pesquisa podem ser vivenciadas pelos estudantes de forma orientada para a resolução dos problemas.

Características da sequência didática:

- **Ordenação** – apresentar etapas, organizadas segundo uma ordem própria: das atividades e conteúdos de menor complexidade para aqueles de maior complexidade.
- **Coerência** – garantir alinhamento entre os objetivos a serem atingidos pelas sequências (os conhecimentos e as habilidades a serem desenvolvidos pelos alunos) e sua proposta metodológica (as atividades e ações que a compõem).
- **Flexibilidade** – devem ser flexíveis, abertas a ajustes e adequações ao longo de sua efetivação, de maneira que possam atender às necessidades das turmas, dos alunos e dos próprios professores.

Benefícios dos jogos e brincadeiras:

Quando participa de jogos e brincadeiras, o aluno toma decisões, desenvolve a autoconfiança e compreende melhor a importância de regras, de hierarquia e de limites, no trabalho em equipe. Por meio dos jogos a criança conseguirá, progressivamente, coordenar diferentes pontos de vista: o seu, o dos colegas e também o do professor, por meio do desenvolvimento da linguagem que amplia sua capacidade de comunicação e ampliação do conhecimento de si e do mundo.

Além disso, os estudantes têm oportunidades para refletir sobre o sistema de escrita, produzir e revisar texto, considerando a situação comunicativa definida, e ampliar suas estratégias de contagem e de cálculos. Ao jogar, eles precisam buscar formas de resolução dos problemas, descartando as que não se adequam à situação, além de estabelecer relações, argumentar e validar seus conhecimentos.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

CAPÍTULO 10 | AVALIAÇÃO



AVALIAÇÃO

Acompanhamento e avaliação

A palavra avaliar, do latim a + *valere*, significa atribuir valor ou mérito ao objeto em estudo. Ela tem sido usada para explicar inúmeros fenômenos distintos. Todo mundo faz avaliação. A avaliação ocorre tanto em atividades pessoais rotineiras como a escolha do vestuário a cada dia, como em quaisquer outras ações. Quando avaliamos, definimos objetivos, selecionamos critérios, medimos e analisamos informações, ou seja, elaboramos um processo considerando o contexto e que nos dê um resultado satisfatório.

Na educação não é diferente. A avaliação deve acompanhar todas as etapas do processo educativo, no sentido de aprimorá-lo e ancorar o trabalho dos gestores educacionais para diagnosticar resultados, melhorar processos e realizar intervenções, num círculo virtuoso que tem como finalidade garantir a qualidade da educação. Ela tem um papel importante para subsidiar os educadores na definição de estratégias formativas mais adequadas às reais necessidades de seus estudantes, e os sistemas de ensino na formulação de políticas públicas.

Por meio da avaliação é possível constatar o grau de consecução dos objetivos (comparando metas preestabelecidas

com os resultados obtidos até o momento), estabelecer necessidades e prioridades, determinar ajustes no planejamento, indicar necessidade de tomada de decisões para superar dificuldades detectadas, escolher beneficiados e traduzir objetivos em metas, entre outros.

Dois quesitos devem ser observados, para verificar a eficiência e eficácia das estratégias educacionais adotadas: a *aprendizagem dos alunos* e o *processo de ensino* (este último inclui as medidas de acesso, de fluxo escolar e de características da escola). A utilização de indicadores variados é um importante aliado na construção de todas essas análises.

A construção de **indicadores quantitativos ou qualitativos** é imprescindível para a implementação e gestão de políticas públicas e dos planos educacionais, ao facilitar o monitoramento dos trabalhos e dos processos. Na perspectiva da **educação integral**, o olhar avaliativo deve se dirigir para além do conhecimento de conteúdos programáticos pelos alunos, e acompanhar o **desenvolvimento de competências socioemocionais**, também importantes para impulsionar o aprendizado e para a conquista de diversas realizações na vida.

Avaliações devem ser, antes de tudo, fontes de informação e de diagnóstico para transformar realidades. Se não forem utilizadas rapidamente para superar problemas, servirão apenas para classificar escolas e redes ou premiar/punir aquelas que ficaram além ou aquém do esperado ou desejado.

Indicadores quantitativos medem a situação educacional por meio de dados conseguidos através de mensuração ou coleta de dados (taxa de analfabetismo, anos de estudo, escolarização, rendimento, transição, defasagem, frequência); Já os indicadores qualitativos apontam, por meio de observação, portfólios etc., o nível de desenvolvimento dos estudantes e o papel das intervenções escolares.

Veja mais em [EDUCAÇÃO INTEGRAL](#)

O Instituto Ayrton Senna é pioneiro no desenvolvimento de um sistema de avaliação de competência socioemocionais para ser usado por redes de ensino. Para saber mais, [acesse](#).

Um pouco de história da avaliação

Foi a partir do final da década de 1980 que o tema avaliação em grande escala ganhou espaço nas agendas de educação de vários países, e passou a ser objeto de pesquisa de centros e organismos diversos, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), entre outros, em estudos que envolvem países de todos os continentes. Uma das mais famosas avaliações é o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), realizado pela OCDE, que avalia alunos de 15 anos. O Brasil deu luz efetivamente à questão dos estudos internacionais, bem como ingressou no campo das avaliações nacionais, a partir dos anos 1990, instituindo programas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a Prova Brasil, o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Além das avaliações nacionais, vários Estados e municípios também organizaram sistemas locais e regionais de avaliação das aprendizagens.

Professores e gestores escolares devem ter mecanismos de avaliação ao longo do ano, para verificar como cada aluno está se desenvolvendo ou para reconduzir o processo, caso o desempenho fique aquém do esperado. Esse olhar avaliativo constante permite investir na individualidade da criança e respeitar sua bagagem cultural, sem, contudo, perder de vista o planejamento e as metas a serem alcançadas no processo de aprendizagem.

80

Tipos de avaliações

Alguns estudiosos distinguem as avaliações educacionais como diagnóstica, formativa e somativa. A primeira avalia habilidades e conhecimentos pré-estabelecidos, ou seja, até onde a criança avançou; a formativa é realizada durante o ano letivo e dá parâmetros ao educador se os objetivos foram alcançados ou não para possíveis intervenções, que deem ser rápidas e objetivas; a somativa avalia resultados da aprendizagem no final do processo, ou ano letivo, e serve como diagnóstico para o planejamento do próximo ano.

A avaliação em geral identifica em quais aspectos ou conteúdos o aluno apresenta maiores dificuldades e como tais defasagens se apresentam. Cumpre ao educador, a partir desses dados, definir a estratégia a ser empregada como intervenção para esses estudantes: ensino individualizado, aulas complementares, rever o planejamento? A grande questão é saber por que o aluno não está aprendendo. O acompanhamento atento para sua participação em classe, a análise de suas lições de casa e de seu caderno fornecem preciosos subsídios sobre o seu desempenho.

As reuniões pedagógicas da equipe escolar devem promover discussões sobre quais práticas promovem melhores aprendizagens, se a proposta de ensino foi bem elaborada, se as metas estão bem dimensionadas e se todos estão alinhados com as estratégias utilizadas. Essa avaliação no processo, dentro da sala de aula ou na articulação entre escola e secretaria de Educação, tem de ser realizada de forma contínua e sistemática, com o objetivo de diagnosticar e atuar rapidamente para a superação das dificuldades que impedem o desenvolvimento pleno e contínuo do estudante.

A avaliação no Ciclo de Alfabetização

A concepção da aprendizagem como um processo contínuo tem sido particularmente destacada na alfabetização, uma vez que esta dificilmente se dá em um ano escolar apenas; garantir um tempo maior para que todas as crianças possam se apropriar da leitura e da escrita na língua materna e na linguagem matemática é uma questão essencial e que deve ser garantida de modo efetivo.

Para acompanhar esse processo, é importante que a rede de ensino realize um teste diagnóstico no início de cada ano letivo. Desse modo, torna-se possível identificar a situação de aprendizagem de cada um dos alunos. Não se trata de elencar os erros para tratá-los, mas sim de considerá-los como fonte de aprendizagem para desenhar e rever práticas pedagógicas e organizar estratégias educativas. A leitura analítica e consistente das avaliações deve servir para criar mudanças positivas.

O diagnóstico dos níveis de alfabetização

A primeira condição para que o professor exerça sua função alfabetizadora é conhecer o que as crianças já sabem ou o que ainda precisam desenvolver, em relação ao nível de leitura, escrita e conhecimento matemático. O Instituto Ayrton Senna propõe uma avaliação que classifique os alunos em quatro níveis de alfabetização, como no modelo simplificado a seguir:

NÍVEL SÍNTESE DA DESCRIÇÃO DE CADA NÍVEL EM LÍNGUA PORTUGUESA

1	O aluno não consegue ler, apresenta marcas gráficas em substituição à escrita e não é possível ler o que está escrito.
2	Escreve palavras e frases com referência em letras adequadas; palavras soltas cujo significado pode ser inferido. Identifica algumas letras e seus sons.
3	Produz pequeno texto dentro do tema, possível de ser lido.
4	Produz textos dentro do tema e com vocabulário adequado.

NÍVEL SÍNTESE DA DESCRIÇÃO DE CADA NÍVEL EM MATEMÁTICA

1	O aluno consegue associar a denominação do número à sua representação simbólica e fazer contagem ascendente.
2	Compõe e decompõe números de até três algarismos por meio da adição e identifica figuras geométricas.
3	Realiza problemas de adição e subtração.
4	Realiza problemas de multiplicação e divisão e identifica medidas de tempo.

Acompanhamento e intervenções

Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento pleno do aluno, com foco na educação integral, principalmente daqueles que apresentam dificuldades ou ritmo diferente de aprendizagem, pode requerer adequações no currículo ou na forma como ele é implementado em cada turma.

Como saber qual é o momento para isso, ou quais as melhores alternativas para superar os desafios concretos de cada grupo? Mais uma vez a avaliação vem para ajudar. Na maioria dos casos, **o acompanhamento, a observação sistemática e o registro do desempenho** dos alunos atendem à avaliação processual e conferem agilidade efetiva para readequações. Podem ser necessários, em outras situações, diagnósticos mais elaborados e acompanhamento por profissionais especializados que, preferencialmente, integrem uma equipe multidisciplinar da secretaria da Educação.

A observação e o atendimento ao aluno precisam acontecer desde o início do ano letivo e a qualquer momento, ou seja, sempre que a criança demonstrar dificuldades para acompanhar a média da turma e apresente a perspectiva de “ficar para trás”. Quanto mais rápido se der a identificação da dificuldade e da solução, maior possibilidade de sucesso a criança terá. Organização de rotinas de visitas

às escolas pelas equipes da secretaria de Educação e observação de aulas feita pelo coordenador pedagógico também são importantes formas de avaliação. A ideia é que professores e gestores identifiquem rapidamente os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças, em tempo hábil para a adoção das intervenções de superação, o que somente poderá ser feito se o acompanhamento for eficaz.

Indicadores e metas

Indicadores têm um papel de destaque no processo pedagógico ao balizarem, com suas respectivas metas, as escolhas do “aonde queremos chegar” e “como chegar”. Podemos afirmar que um indicador é uma fotografia de determinada situação em determinado momento. Assim, na criação e/ou escolha de um indicador contam alguns elementos, como a facilidade e a rapidez de acesso, a periodicidade de sua atualização, as múltiplas possibilidades de análise frente aos demais indicadores, a estabilidade e confiabilidade das informações, bem como o custo para sua obtenção.

● [Leia sobre “Contexto de indicadores no Brasil”](#)



A partir da experiência com escolas públicas, e das diversas avaliações externas aplicadas, o Instituto Ayrton Senna observou, no geral, e com pequenas alterações entre as diversas redes parceiras, **que os alunos que se destacavam pelo bom desempenho acadêmico não faltavam às aulas, liam bastante e realizavam as tarefas de casa.**

Ou seja, ser frequente às aulas, saber ler e realizar a lição de casa se revelaram fatores decisivos para o sucesso da aprendizagem, e por trás desses comportamentos estão competências socioemocionais passíveis de desenvolvimento, como foco, entusiasmo, curiosidade para aprender e resistência ao estresse, entre outras. Criou-se então, um conjunto de indicadores e metas que são acompanhados pelas redes de ensino em um sistema de acompanhamento online. No caso do Ciclo de Alfabetização, são acompanhados:

INDICADOR	META
Dias letivos	100% realizado
Frequência do professor	98%
Frequência do aluno (com motivos de faltas)	98%
Para Casa não feito	Média 1,5/mês
Livros Lidos	30 livros/ano por aluno
Observação de aulas pelo Coordenador Pedagógico	1 quinzenal
Reuniões de planejamento	1 quinzenal
Alfabetização	95%

As metas constituem o nível do desempenho que se pretende obter, seja para curto ou longo prazo. Elas são os fins que guiam as ações e, neste caso, incluem um ponto numérico a ser atingido e dão um foco comum para a equipe.

A análise sistemática das avaliações da aprendizagem, à luz dos indicadores elencados, funcionará como uma espécie de “termômetro” para a identificação do grau de sucesso. Isto é, o quão perto ou não a unidade escolar e a rede se encontram das metas inicialmente definidas, e qual a qualidade do sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONTEXTUALIZAÇÃO

PÁGINA 22 - Acesso em julho/2019:

Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic): http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019000100047&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

PÁGINA 30 - Fontes das imagens:

Colonial - <https://www.livrariascuritiba.com.br/metodo-pedagogico-dos-jesuitas-o-o-ratio-studiorum-kirion-lv445289/p>

Século XVIII e XIX - http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_cartilhas.htm

1920/1950 - Capa da 66ª. edição de 1948 Fonte: Acervo do Centro do Professorado Paulista. https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/gazoli_mr_me_mar.pdf

1960/1980 - <http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com/search/label/Cartilha>; <https://vejasp.abril.com.br/blog/memoria/a-inesquecivel-cartilha-caminho-suave/>

A partir dos anos 1990 - Livro Letra Viva - programa de leitura e escrita - Cenpec Educação.

A partir dos anos 2000 - Material didático da editora Martins Fontes, coleção Aprender e Saber.

POLÍTICA PÚBLICA

PÁGINA 40 - Fonte da imagem:

Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic): <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/2346>
(Designer Gráfico: Franciss, Natália - Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ))

institutoayrtonsenna.org.br

